

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Acordo dos países contra o crime 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Ata do Copom adota tom mais duro 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Guerra, crédito caro e endividamento freiam vendas para o Dia das Mães - CAPITAL S/A
..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula levará proposta a Trump, diz Alckmin 8

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SP planeja supercomputador de até R\$ 3 bi 9

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Na CVM, a disputa é de milhões contra trilhões 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sentença afasta aumento de 10% sobre lucro presumido 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Toffoli vota para liberar direito à "revisão da vida toda" 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Senadores querem aprovar desoneração neste semestre 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo recorre de decisão sobre consignado INSSc 18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Cooperativas e associações estreiam no mercado de seguros 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

"Queremos ajudar o endividado que ainda está adimplente" 21

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo recorre de decisão do TCU e tenta liberar consignado do INSS 24

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Desenrola 2.0: calculadora do GLOBO mostra desconto na dívida do cheque especial 25

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Burnout e ansiedade em alta: como funciona o afastamento por saúde mental e o que diz a legislação atual	27
.....
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO	
Redistribuição de royalties desrespeita a Constituição	29
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tema 304 e seus efeitos econômicos na reciclagem (Artigo)	31
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Durigan diz que Brasil está num bom caminho e prevê superávit este ano	33
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária altera estratégias de exportação	34
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Emissões externas do Tesouro ajudam a "irrigar" mercado local	36
VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Dino determina que taxa de fiscalização fique com a CVM	38
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL SERVIDOR PÚBLICO	
As agruras de Milei	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Tempestade perfeita" pressiona preço dos alimentos e ameaça a meta do BC	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Copom reforça cautela em ata sobre corte da taxa Selic	43
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Dinheiro caro, um entrave ao crescimento da economia e do emprego, vem sendo mantido no Brasil graças a uma cooperação informal - e provavelmente involuntária - entre Trump e Lula.	44
.....
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar cai a R\$ 4,91, menor nível em mais de 2 anos	45
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Copom cita incertezas, e ciclo de cortes de juros pode ser menor	47
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Confiança do setor de comércio tem queda de 1 % em abril, indica CNC	48
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Liderada por famílias de menor renda, intenção de consumo sobe pelo 6 a mês	49

Acordo dos países contra o crime

No mês passado, os governos do Brasil e dos Estados Unidos firmaram um acordo de cooperação para intensificar o combate ao crime organizado transnacional, com ações que miram a interceptação de cargas ilícitas de armamentos e de drogas transportadas entre esses dois países. Entre as medidas, está a adoção de um programa para compartilhamento de informações em tempo real.

O acordo avançou após o governo Trump sinalizar a intenção de que facções criminosas brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), sejam classificadas como terroristas, iniciativa que é rejeitada pelo governo Lula. O acordo, que busca integrar esforços de inteligência e intensificar operações conjuntas, está inserido no contexto do diálogo iniciado entre Lula e Donald Trump, integrando uma agenda mais ampla de cooperação bilateral voltada ao enfrentamento do crime organizado transnacional

Na prática, a ideia é que a iniciativa, denominada projeto MIT (Mutual Interdiction Team), funcione como uma cooperação mútua, encabeçada pela **Receita Federal**, que tem interlocução direta com a Polícia Federal, e pelo U.S. Customs and Border Protection (CBP), agência de fronteiras dos EUA.

As autoridades citam como exemplo a descoberta de um contêiner com uma peça de fuzil vinda da Flórida. Em casos assim, o objetivo é que os americanos sejam comunicados imediatamente, para também conduzir investigações a partir do ponto de origem.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/06/all.pdf>

Ata do Copom adota tom mais duro

» **ROSANA HESSEL**

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada, ontem, pelo Banco Central, traz um tom mais conservador do que aquele usado no **comunicado** da reunião realizada na semana passada. Com isso, caiu por terra o otimismo que parte do mercado ainda tinha em relação ao ciclo de afrouxamento monetário.

Apesar de alguns analistas manterem a previsão de corte de 0,25 ponto percentual para a próxima reunião do comitê, em junho, a manutenção da taxa básica da economia (Selic) no atual patamar não está totalmente descartada. Tudo vai depender dos desdobramentos da guerra no Oriente Médio e dos preços do barril do petróleo, que seguem em torno de US\$ 100.

Na reunião passada, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual pela segunda reunião seguida, para 14,50% ao ano. No **comunicado**, o colegiado justificou a decisão afirmando que, no cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o Comitê reafirmava "serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo".

Recado

Ricardo Trevisan, CEO da Gra-vus Capital, é taxativo ao comentar sobre a ata. Para ele, ela não confirma a leitura mais otimista que parte do mercado tinha após o corte da semana passada. "O recado é o oposto: o ciclo de queda da Selic vai durar menos do que se imaginava em janeiro, e a taxa terminal está sendo reprecificada para cima" afirmou. Segundo ele, a palavra que mudou tudo no **comunicado** foi "extensão". "Quando o Copom diz que vai calibrar não só o ritmo, mas também a extensão dos cortes, ele está abrindo a porta para parar o ciclo antes do que o Focus precisava e isso ficou explícito na ata.

Ele lembrou que as casas que projetavam a taxa Selic terminal em 12,50% anuais, no fim de 2026, já estão revisando para 13%, 13,50%, e algumas para 14% anuais. "O ciclo, na prática, pode terminar com a Selic ainda restritiva. O motivo é direto: a **inflação** corrente

piorou", destacou ele, lembrando que a ata reforçou que as estimativas de **inflação** seguem desancoradas.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/06/all.pdf>

Guerra, crédito caro e endividamento freiam vendas para o Dia das Mães - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Minervino Júnior/CB/DA Press

Mesmo diante de condições favoráveis do mercado de trabalho e da desaceleração da inflação, outros fatores travam o que poderia ser um maior crescimento do volume de vendas para o Dia das Mães.

A diminuição do movimento no comércio se dá pelo contínuo encarecimento do crédito e pelo avanço significativo

do endividamento das famílias. Ambos puxados pela alta Selic de 2025, que começou a ser reduzida em março, mas ainda não atingiu o índice necessário para a retomada do consumo em melhores patamares. O efeito do cenário internacional gerado pela guerra dos Estados Unidos com o Irã, como o impacto no preço dos combustíveis, também afeta o comportamento do consumidor brasileiro. Além disso, os presentes típicos estão 4,5% mais caros do que no ano passado. Esse é o diagnóstico do varejo para o Dia das Mães, segundo análise da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Retração nas vendas de bens duráveis

Segmentos historicamente dependentes das condições de crédito, como os bens duráveis (móveis e eletrodomésticos, utilidades domésticas, informática e comunicação), deverão sofrer retrações nas vendas em comparação com a mesma data do ano passado. Esses setores devem registrar redução de 4,4% nas vendas na comparação com o ano passado.

Maior juros desde 2017

"A deterioração das condições de crédito elevou os índices de inadimplência e de endividamento. Atualmente, a taxa média de juros, de 62% ao ano, encontra-se no maior patamar desde 2017 para esta época do ano," aponta o economista-chefe da CNC, Fábio Bentes.

Vestuário e cosméticos em alta no comércio

O Dia das Mães é considerado o Natal do primeiro semestre do varejo brasileiro e a segunda data

comemorativa mais relevante do calendário do comércio nacional. Os setores relacionados à moda (vestuário, calçados e acessórios), juntamente com farmácias, perfumarias e lojas de cosméticos respondem, novamente, por mais da metade da fatia das vendas. A previsão de faturamento dos setores em 2026, quando somadas, é de R\$ 8,94 bilhões.

Camicado entre as novidades do Terraço Shopping

Terraço Shopping comemora a chegada da Camicado, que abriu com um formato inédito no país. A operação é a terceira do Grupo Renner no empreendimento e representa a aposta em um modelo de loja inovador. Com investimentos de R\$ 20 milhões, a unidade chega para atender a demanda por design e praticidade para decoração de casa. Participaram da inauguração Ricardo Vieira, superintendente do Terraço; o empresário Paulo Octávio; Natan Anaf, diretor da Camicado; e Geraldo Mello, superintendente de shoppings das Organizações Paulo Octávio. O centro comercial segue em expansão e renovação com a chegada de outra novidade, a loja de vestuário masculino TACO. Além disso, o Spoleto está em novo espaço.

Forró e pagode no Sesi Lab

O Sesi Lab realiza, amanhã, mais uma edição do Night Lab, desta vez com o tema Corpo e Movimento, uma proposta que mistura dança, música e experiências interativas. A programação traz show da sensação do pagodão baiano Rom Santana, o forró potente das Fulô do Cerrado e a ocupação do painel de LED pelo Estúdio Bijari, que atua na convergência entre arte, design e tecnologia. Também entram na noite oficinas de dança afro e parkour. Os ingressos estão à venda on-line, e também haverá lote extra no dia, a partir das 17h, na bilheteria do Sesi Lab.

Ministro da Fazenda sugere Fundo Constitucional do DF como garantia para empréstimo ao BRB

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, deixou bem claro que o governo federal não pretende se envolver diretamente na solução para tirar o BRB da crise financeira.

Foi taxativo em dizer que não cabe ao Tesouro Nacional salvar o banco avalizando empréstimo. Ele

devolveu a conta e a responsabilidade de salvar o BRB para os cofres do Governo do Distrito Federal. Chegou a sugerir, em tom de provocação, que os recursos do Fundo Constitucional, destinados por força de lei à capital federal anualmente para custear áreas como Segurança e Saúde, sejam usados para cobrir o rombo provocado pelas operações com Banco Master. "Acho que há saídas para esse caso que passam pelo Fundo Constitucional, por exemplo, que é dinheiro da União. O fundo poderia ser usado como garantia para a operação (de empréstimo), mas comprometendo os recursos do DF" declarou em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/06/all.pdf>

Lula levará proposta a Trump, diz Alckmin

O vice-presidente Geraldo Alckmin disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva levará ao encontro com Donald Trump, amanhã, em Washington, a proposta de assinatura de um novo acordo de combate ao crime organizado. A visita foi confirmada ontem por um funcionário da Casa Branca, segundo a France Presse.

"É um tema que o presidente Lula já levou ao presidente Trump e vai levar novamente. É um acordo para o combate a organizações criminosas transnacionais.

Podemos fazer muita parceria nessa área: controle de fluxo financeiro, investigação.

Esse é um tema extremamente relevante", disse Alckmin, em entrevista à GloboNews.

O acordo envolveria termos como combustíveis, drogas e armas. "EUA e Brasil podem fazer um trabalho conjunto de combate ao crime organizado transnacional. Isso vale para tudo: combustível, droga, arma, tudo o que envolva crime transnacional", disse.

COOPERAÇÃO. No mês passado, Brasil e EUA firmaram um acordo de cooperação para intensificar o combate ao crime organizado transnacional, com ações que miram interceptações de cargas ilícitas de armamentos e drogas transportadas entre os países. A adoção de um programa para compartilhamento de informações em tempo real figura entre as medidas.

O acordo avançou após o governo Trump sinalizar a intenção de classificar facções criminosas brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), como grupos terroristas, iniciativa rejeitada pelo governo Lula. O acordo, que busca integrar esforços de inteligência e intensificar operações conjuntas, está inserido no contexto do diálogo iniciado entre Lula e Trump, integrando uma agenda mais ampla de cooperação bilateral voltada ao enfrentamento ao crime organizado transnacional.

A ideia é que a iniciativa, denominada Projeto MIT (Equipe de Interdição Mútua, por sua sigla em inglês), funcione como uma cooperação dirigida pela **Receita Federal do Brasil**, que tem interlocução com a Polícia Federal, e pela agência de fronteiras dos EUA (CBP).

As autoridades citam como exemplo a descoberta de um contêiner com uma peça de fuzil oriundo de um porto da Flórida. Em casos assim, o objetivo é que os

americanos sejam comunicados imediatamente, para conduzir investigações no ponto de origem. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SP planeja supercomputador de até R\$ 3 bi

Ivone Santana

O governo de São Paulo iniciou um processo para estudo e posterior publicação de um edital entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões para desenvolvimento de um supercomputador. A iniciativa foi aprovada nesta terça-feira (5) por unanimidade pelo conselho da Secretaria de Parcerias e Investimentos do governo de São Paulo, que autorizou a inclusão do projeto no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP).

A decisão está amparada na demanda reprimida e capacidades não desenvolvidas no país devido à falta de uma máquina potente em território nacional, disse ao Valor o secretário-executivo de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, Thiago Nunes.

Os computadores de alta capacidade são medidos em petaflops e exaflops. Para comparação, um supercomputador de nível exaflop consegue fazer, em um segundo, o equivalente ao trabalho de bilhões de pessoas fazendo contas ao mesmo tempo - cerca de mil vezes mais do que os sistemas mais comuns hoje, que operam na escala de petaflop.

Nunes explica que os maiores supercomputadores no Brasil têm capacidade medida por petaflop. No mundo, já há sistemas na escala de exaflop. "Nosso projeto vai mirar nessa capacidade. Os equipamentos são modulares e vão crescer conforme a demanda."

"Embora haja oferta de computação de alto desempenho no exterior via nuvem, isso levanta questões de soberania de dados e compliance, restringindo setores como o bancário", afirma o secretário. "Uma capacidade computacional maior pode gerar resultados melhores e mais rápidos em diversas áreas, como a identificação de fraudes no setor bancário, processamento de questões fiscais na **Receita Federal** e gerenciamento de linhas de ônibus, otimizando o uso de dados de GPS e bilhetagem eletrônica."

Com o aval do conselho, os próximos passos são a contratação de estudos para precisão e dimensionamento do projeto, o que pode demorar até um ano. Depois, será publicado edital para contratar uma concessionária privada que será responsável por implantar, operar e gerenciar a infraestrutura, além de assumir os riscos e custos de implantação. A inclusão e gerenciamento de dados serão feitos pelo governo e parceiros. Pela dimensão e complexidade, a

construção do sistema é comparável à de um centro de dados e pode durar cerca de 12 meses. Nunes estima o início da operação em 2028.

Pelo critério mais restritivo, que considera só os sistemas listados no ranking internacional TOP500 - os 500 supercomputadores mais rápidos, compilado por cientistas de laboratórios e universidades dos EUA e da Alemanha -, o Brasil aparece com um supercomputador entre os mais potentes do mundo. É o Santos Dumont, operado pelo Laboratório Nacional de Computação Científica, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Em quantidade de sistemas, o Brasil figura em 10º lugar no TOP500, com 2% do total, enquanto em performance, a participação é de 0,8%. No topo estão os Estados Unidos, com 34,2% e 46,4%, respectivamente. No distante 2º lugar está o Japão, com 8,6% e 9,5%.

Outros sistemas relevantes estão em operação no Brasil. Em computação de alta performance a liderança é da Petrobras. Em Salvador (BA), há também um sistema do Centro de Supercomputação Senai Cimatec. Há ainda alguns equipamentos menores em universidades e centros de pesquisa.

A corrida de supercomputadores é um indicador de poder econômico e tecnológico. Esses equipamentos são a base para petróleo, previsão do clima e IA. Enquanto no Brasil a presença desses equipamentos é pontual, o que pode limitar produção e produtividade, nos EUA há centenas e na China, dezenas.

A implementação do projeto paulista ocorrerá via parceria público-privada (PPP) de longo prazo (20 a 30 anos), com o Estado como cliente-âncora. A capacidade excedente será comercializada à iniciativa privada. Há previsão de fomento a startups com custo subsidiado. Segundo Nunes, "o projeto já é pensado para ter ciclos de reinvestimentos garantidos e gerar receita suficiente para cobrir os custos e evitar que o equipamento se torne obsoleto, um elefante branco".

A região de Campinas (SP) é a principal candidata para instalação do supercomputador, pela proximidade a um polo de tecnologia, com acesso à rede de alta tensão e backbone de fibra óptica.

O projeto abre uma vertente de PPP voltada exclusivamente à tecnologia, diz o secretário. Indústria, academia, cientistas e desenvolvedores de

IA poderão contratar capacidade de uso da máquina. A ideia é atrair demanda de setores como financeiro, energia, agronegócio e tecnologia. Assim, será possível garantir o uso contínuo da infraestrutura e reduzir o risco de subutilização.

Além do uso científico, a estrutura poderá ser aplicada no treinamento de modelos avançados de IA, na previsão climática de alta precisão, na descoberta de novos medicamentos e em simulações industriais complexas. No setor público, o potencial inclui aplicações em segurança e saúde, entre outras.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Na CVM, a disputa é de milhões contra trilhões

Marcelo d'Agosto

A audiência pública convocada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir as controvérsias sobre a estrutura da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) escancarou a penúria da autarquia, incapaz de fiscalizar adequadamente as condutas no mercado de capitais brasileiro.

Um fato ilustra a dimensão do problema atual. Enquanto diversos representantes das associações de empresas de capital aberto, instituições financeiras, profissionais de investimento e demais especialistas faziam suas apresentações, o investidor tentava entender as consequências de mais um escândalo. As cotas do fundo imobiliário CACR11 despencavam 40% na bolsa, na tarde da audiência pública.

A razão foi o anúncio, pelo fundo, de que deixaria de pagar os rendimentos mensais aos cotistas. Isso acendeu o alerta sobre a solidez dos ativos da carteira e a viabilidade da continuidade das operações.

Como acontece nessas situações, os investidores buscam informações para entender se o fato é apenas um caso isolado ou sinal de uma crise futura mais ampla já contratada e que pode comprometer aplicações semelhantes. A resposta da

CVM para casos parecidos tem sido lenta. O colegiado, o órgão máximo, não conseguiu se reunir para julgar nenhum processo neste ano.

A comprovada falta de estrutura atual da CVM é a parte visível da questão. As entidades responsáveis por ajudar na fiscalização, por meio da imposição de códigos de conduta para a autorregulação do mercado, também têm falhado.

Veja o caso dos fundos de investimento. É um desserviço repetir insistentemente que o mercado brasileiro é dinâmico porque existem mais de 31 mil carteiras potencialmente disponíveis para os investidores.

O investidor comum, com algum conhecimento, acredita que um fundo de investimento é uma estrutura regulamentada em que um gestor administra um montante financeiro, com base em uma determinada política de investimento, em benefício de

um grupo de cotistas sem conhecimento técnico para fazer as melhores escolhas financeiras. Em troca, o gestor recebe uma taxa de administração.

Fundos desse tipo não chegam a 5 mil. O restante são estruturas para reduzir custos operacionais, pagar menos **impostos** ou esconder a identificação do investidor.

Admitir que existe um problema é o primeiro passo para encontrar uma solução. O investidor que aplica, por exemplo, no CACR11 quer saber se as aplicações em fundos semelhantes correm algum tipo de risco. E quais mecanismos existem para evitar cair em armadilhas.

Já para os fundos que têm por objetivo reduzir custos operacionais interessa, talvez, avaliar se existem mudanças regulatórias que possam deixar o mercado mais eficiente. Fundos para pagar menos **impostos** podem interessar à **Receita Federal**. E aqueles para esconder a identificação dos investidores podem interessar aos órgãos envolvidos na prevenção de lavagem de dinheiro.

Raciocínio semelhante se aplica às operações de mercado de capitais. Quando a fusão entre uma empresa maior, de capital fechado, e outra menor, de capital aberto, ambas atuando no mesmo setor, resulta num conglomerado com ações negociadas em bolsa, é uma estrutura que merece ser estudada.

Comemorar o aumento das operações de "IPO reverso" como sendo uma tendência de inovação no mercado de capitais brasileiro pode ser exagerado. E abrir portas para eventuais fraudes.

Outro exemplo. Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), regulamentados pela CVM, passaram a atuar como verdadeiros bancos, fora do radar da supervisão prudencial do Banco Central. Num ambiente de crescimento do endividamento das famílias, essa atuação pode aumentar o risco de uma grave crise no sistema financeiro.

O resultado positivo da audiência pública foi mostrar que existem **servidores públicos** gabaritados e interessados em tentar resolver as falhas atuais da CVM. Depois de vários anos de problemas acumulados, a impressão dominante é que a autarquia

não irá conseguir sair do atual momento delicado sem ajuda externa.

Nessa linha, Manoel Peixinho, do Sindicato

Nacional dos Servidores da CVM, destacou que não basta apenas aumentar o orçamento para pagar um plano de saúde aos funcionários. É preciso investir em qualificação e motivação dos servidores.

Como ressaltou o ministro Flávio Dino, caso nada mude, a CVM continuará com um orçamento de alguns milhões de reais para enfrentar problemas que podem chegar a trilhões de reais.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Sentença afasta aumento de 10% sobre lucro presumido

Marcela Villar De São Paulo

O escritório Ricardo Malachias Ciconelo Sociedade de Advogados (RMC Advogados) conseguiu uma sentença para afastar o aumento de 10% sobre lucro presumido. Essa é uma das primeiras favoráveis aos contribuintes neste tema. O Judiciário, até então, tem sido mais positivo para a Fazenda, como mostrou o Valor -a maioria das decisões ainda é liminar, ou seja, provisória.

Criado pela Lei nº Complementar nº 224/2025, o aumento nas alíquotas de presunção, que começou a valer neste ano, incrementa a arrecadação do governo federal em R\$ 20,3 bilhões nos próximos três anos. Segundo estimativas da **Receita Federal**, serão R\$ 5,1 bilhões injetados em 2026, R\$ 7,4 bilhões em 2027 e R\$ 7,8 bilhões em 2028. Somado às outras mudanças feitas pela lei, esse montante chega a R\$ 44,3 bilhões. Os números estão na nota técnica Coest/Cetad nº 009/2026.

Um dos principais afetados e interessados em afastar a alta da carga tributária são os advogados. Isso porque muitos usam a sistemática de apuração do lucro presumido, permitida a empresas com faturamento de até R\$ 78 milhões. É o caso, por exemplo, do RMC Advogados, que obteve a sentença no dia 28 de abril.

Ao Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) disse que vai recorrer e que tem vencido em 90% dos casos. Na visão do órgão, o lucro presumido "constitui uma opção aos contribuintes, permitindo a sua apuração simplificada, em relação ao sistema padrão do lucro real, trazendo benefícios como simplificação na apuração da base de cálculo, redução nos custos de conformidade e previsibilidade tributária, já que a há uma presunção legal independente do resultado efetivo da empresa".

Diversas regionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressaram com ações coletivas. A de São Paulo (OAB-SP) conseguiu liminar favorável no dia 24 de março e ela pode ser usada pelos escritórios inscritos no Estado (5004598-12.2026.4.03.6100). Já no do Rio de Janeiro (OAB-RJ), a Justiça chegou a dar liminar favorável, mas logo foi derrubada em segunda instância.

O assunto também está na incubadora de teses da **reforma tributária**, núcleo criado pela PGFN para antecipar litígios e unificar a defesa do órgão no Brasil. Essa disputa envolve a lei que passou a considerar o lucro real como padrão para pagamento do Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL e o lucro presumido como benefício fiscal.

Por isso, aumentou em 10% as alíquotas para essa sistemática de apuração. O adicional é cobrado de contribuintes que faturam mais de R\$ 5 milhões por ano ou R\$ 1,25 milhão por trimestre.

Contribuintes defendem que o lucro presumido é uma sistemática legítima de apuração do IRPJ e não pode ser equiparado a um incentivo fiscal. Já a União entende que não há direito adquirido a regime jurídico de tributação e que seria uma questão de justiça fiscal.

O assunto já está no Supremo Tribunal Federal (STF), onde o Conselho Federal da OAB e a Confederação Nacional de Serviços (CNS) entraram com ações diretas de inconstitucionalidade. O relator do caso é o ministro Luiz Fux, que negou análise da liminar porque prefere julgar diretamente o mérito, dada a relevância (ADI 7944 e ADI 7936).

No caso do RMC Advogados, a juíza Sílvia Figueiredo Marques, da 26ª Vara Cível Federal de São Paulo, confirmou liminar favorável ao escritório. A PGFN já havia recorrido via agravo de instrumento. Ainda corre o prazo para recurso de apelação (processo nº 5006587-53.2026.4.03.6100).

A magistrada disse, na decisão, que o lucro presumido é uma das formas admitidas pelo Código Tributário Nacional (CTN) "para a determinação da base impositiva, juntamente com o lucro real e o lucro arbitrado". "Não se trata de um benefício fiscal, mas de uma opção do contribuinte, dentro de certos limites, por uma forma de tributação", disse.

Na visão da juíza, "não pode, o legislador, alterar a realidade e transformar uma forma de tributação, prevista em Lei, em um benefício, e, por esta razão, tratá-la como tal, aplicando-lhe o respectivo regime jurídico".

O tributarista Fabiano de Angelis, sócio do RMC Advogados, que atuou no caso, diz que, de fato, as

decisões favoráveis aos contribuintes têm sido minoria. "Mas tem gente concedendo a sentença", diz.

Na visão dele, seria até possível revisar a margem de presunção das alíquotas do lucro presumido, mas não foi isso que a Lei Complementar nº 224, de 2025 fez. "Como a lei veio para reduzir benefício fiscal e o regime do lucro presumido não é um benefício fiscal, você teria uma ausência de fundamento válido para aumentar a margem de presunção", afirma.

Angelis lembra que não existe um conceito definido sobre o que seria benefício fiscal. "Não tem uma definição nem na Constituição Federal nem no Código Tributário Nacional [CTN], mas o CTN coloca o lucro presumido como um dos regimes, assim como o lucro real e arbitrado, como técnica de apuração do lucro".

Ele não acredita que o posicionamento dos TRFs possa influenciar a decisão dos ministros do STF quando houver o julgamento do tema na Corte. "Mas aumenta a chance de o Supremo analisar o caso por repercussão geral, porque tem muita gente entrando [com ação] e tem impacto nas contas públicas".

Recentemente, também foi dada liminar a Orbit Ativos, que atua com criptoativos, no mesmo sentido, para afastar o acréscimo de 10% do lucro presumido. A decisão é da 9ª Vara Cível Federal de São Paulo. "Ela reconhece que o aumento pode distorcer a base de cálculo e gerar impacto imediato no caixa das empresas", afirma Angelo Paschoini, sócio do Paschoini Advogados, que atuou no caso (processo nº 5011425-39.2026.4.03.6100).

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Toffoli vota para liberar direito à "revisão da vida toda"

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli votou para liberar o direito à chamada "revisão da vida toda" do **INSS** para segurados que entraram na Justiça entre 16 de dezembro de 2019 (data de julgamento sobre o tema no Superior Tribunal de Justiça) e 5 de abril de 2024 (data do julgamento que anulou a tese no STF). Até o momento, o placar está em 4 a 1 para negar o recurso.

Toffoli foi o único a votar para acolher o pedido parcialmente. Outros cinco ministros ainda devem votar no plenário virtual, que vai até o dia 11 de maio.

"Precisamos ter em conta o perfil das pessoas atingidas pela mudança de entendimento do Tribunal: pessoas idosas, de baixa renda, trabalhadores rurais, pensionistas em situação de vulnerabilidade econômica e suas respectivas famílias", afirmou Toffoli.

O ministro ainda disse que recebe diariamente e-mails de segurados aposentados e pensionistas que ingressaram com ações judiciais confiando no que havia sido definido pelo STF e pelo STJ.

"Essas pessoas, que organizaram suas vidas financeiras com base nessa expectativa, relatam dificuldade ou incapacidade de se reorganizar financeiramente após a alteração da jurisprudência", disse o ministro.

ENTENDA O CASO. A tese da revisão da vida toda buscava incluir, no cálculo dos benefícios do **INSS**, os salários anteriores a julho de 1994, quando foi implantado o Plano Real. O Supremo foi favorável ao pleito dos aposentados em dezembro de 2022. Contudo, em abril de 2024 a Corte afastou a aplicação da tese.

A mudança de posição foi no julgamento de outra ação, que tratava sobre o fator previdenciário. Na ocasião, os ministros decidiram que a regra que conta os salários a partir de 1994 é obrigatória e os aposentados não podem escolher o cálculo mais favorável.

O caso tinha grande relevância para a União, que estimou impacto de até R\$ 480 bilhões caso o Supremo determinasse a revisão dos benefícios.

Senadores querem aprovar desoneração neste semestre

Senadores querem aprovar, ainda neste semestre, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que busca substituir a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento por uma alíquota única de 1,4%, incidente sobre a receita bruta de todas as empresas do país. Parlamentares debateram o tema na terça-feira (5), em evento da Frente Parlamentar do Emprego (FPE).

Os apoiadores da PEC afirmam que a matéria corrige uma distorção que impõe **impostos** mais altos a empresas que mais empregam. Senadores destacaram ainda que a proposição não deve gerar impacto orçamentário à União.

"Essa PEC não terá despesa para o governo, salva a **Previdência Social** e cria um ambiente de empregabilidade melhor do que temos hoje", afirmou o autor da

proposta, senador Laércio Oliveira (PP-SE). "A PEC coloca todos, quem gera e quem não gera emprego, no mesmo ambiente."

O senador explicou que a alíquota de 1,4% a ser aplicada sobre a receita bruta da empresa foi baseada em documento técnico solicitado por ele ao Ministério da Fazenda. Segundo Oliveira, o texto visa corrigir eventuais prejuízos que setores, especialmente o de serviços, podem ter com a transição da **reforma tributária**.

"A PEC coloca quem gera emprego e quem não gera no mesmo ambiente. É justo que quem gera emprego, quem faz folha de pagamento todos os meses, pague mais na **Previdência Social**, e aquelas empresas que têm um número reduzido de funcionários pague menos **Previdência Social**? Não é justo", disse.

Na semana passada, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que aprecia a PEC, aprovou um requerimento

para a realização de uma audiência pública para discutir o tema. Se for aprovada pelo colegiado, ela ainda precisará passar pelo plenário do Senado antes de ir à Câmara dos Deputados.

De acordo com Oliveira, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a quem cabe pautar o texto

em plenário, recebeu bem o tema, principalmente pela ausência de impacto da PEC nas contas públicas. "O presidente do Senado está convencido da importância desse projeto e tem a disposição dele de levar [o texto] para o plenário. Na CCJ tem o entendimento de aprová-la o mais rápido possível, porque ela é uma proposta muito simples", afirmou o senador.

No fim de 2024, o Congresso aprovou uma prorrogação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores. A lei, entretanto, prevê reoneração escalonada da folha até 2028, quando os empregadores

desses ramos vão pagar contribuição de 20% sobre a folha de salários de seus funcionários. Este valor já é cobrado hoje das demais companhias fora desses setores.

Para o professor de políticas públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) André Portela, uma rápida mudança demográfica pelo envelhecimento da população brasileira junto a um baixo crescimento da produtividade e o aumento da "pe-jotização" estão trazendo prejuízos para a previdência do país. "Nós temos um custo alto [ao empregador] em relação à nossa produtividade", afirmou Portela, destacando que a PEC poderia ajudar a aliviar esse impacto ao promover uma diminuição do número de empregados trabalhando como pessoas jurídicas.

Também apoiador da PEC, André Martins, advogado tributarista e professor da Universidade de São Paulo (USP), defendeu que a mudança promovida é simples e pode trazer mais bene-

fícios para os trabalhadores. "É uma escolha entre dois caminhos: a carga tributária, no final, deve ser a mesma. Com base em relatórios publicados anualmente OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], há um hiato muito grande entre o que o empregador paga e o que o empregado leva para casa. Esse hiato gera uma diminuição do poder de compra das famílias", explicou.

Os parlamentares evitaram atrelar a tramitação da proposta à PEC que trata do fim da escala de trabalho 6x1. No início do ano, a matéria chegou a ser levantada como uma contrapartida à redução da jornada de trabalho ao setor produtivo.

Diante do avanço do texto que reduz o tempo de trabalho semanal em comissão especial na Câmara, os parlamentares reforçaram que este tema não deveria ser apreciado pelo Legislativo em ano eleitoral. Eles também acreditam que o assunto deveria ser tratado por meio de acordo coletivo, e não com mudanças na lei.

"Eu entendo que o mundo tem uma tendência de diminuir jornada de trabalho, e não escala. Nossa ideia é discutir jornada, mas sabemos que falar "escala" é mais importante hoje. Se isso for a realidade, nós temos que ter estratégias de como amenizar esse impacto em cima da sociedade", disse o presidente da FPE, o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA).

Mesmo assim, deputados e senadores afirmaram que o projeto deve ser chancelado no Congresso por conta do apelo eleitoral da pauta. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já demonstrou que está empenhado para que o texto seja aprovado. Pelo cronograma divulgado na terça-feira, o parecer da PEC do 6x 1 deverá ser votado na comissão especial da Câmara em 26 de maio.

Governo recorre de decisão sobre consignado INSSc

Jéssica Sant"Ana

O governo recorreu da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que suspendeu a concessão de novos empréstimos consignados a segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O Valor teve acesso ao documento, que foi protocolado ontem e não está público.

No recurso, o governo pede que o tribunal autorize de forma cautelar a retomada do empréstimo consignado com desconto em folha, mantendo a suspensão para as demais modalidades (cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício). O empréstimo com desconto em folha é a modalidade mais comum do consignado do **INSS** e com juros mais baixos do mercado. As duas modalidades de cartão têm juros mais elevados e não têm apoio do governo Lula.

No documento, o governo afirma que a interrupção do empréstimo com desconto em folha determinado pelo TCU alcança "dimensões sociais e econômicas relevantes, na medida em que acaba por empurrar segurados para alternativas de crédito mais onerosas, informalidade ou superendividamento, além de reduzir a circulação de recursos em setores sensíveis da economia".

Na semana passada, o TCU determinou ao **INSS** a suspensão de todas as modalidades de consignado até que o órgão implemente e comprove a eficácia de travas de segurança. A decisão afeta os novos empréstimos. O relator foi o ministro-substituto Marcos Bemquerer, que teve seu voto acompanhado pelos demais ministros da corte em plenário.

No recurso, o governo afirmou ao tribunal que os mecanismos de segurança para concessão do empréstimo consignado passaram por um recente aperfeiçoamento das regras operacionais. "É importante afirmar que novas evoluções estão sendo implementadas, de modo que a adoção das travas de segurança e controles internos apontados no acórdão já se encontram implementadas ou estão em fase final de implementação", defende o governo.

Entre as medidas de segurança solicitadas pelo **INSS** e já implementadas ou em implementação pela Dataprev, estão: validação automatizada de documentação contratual; trava para bloqueio de

empréstimos sem contrato válido; trava para bloqueio de consignações para segurados falecidos; trava para impedir depósito em conta divergente do benefício; evolução para bloqueio de inconsistências biométricas; trava para impedir inclusão de produtos e serviços indevidos; e trava para impedir consignações irregulares para menores.

O governo também cita no recurso que lançou o Novo Desenrola Brasil, via Medida Provisória (MP), com mudanças no consignado do **INSS** para reduzir o nível de endividamento dos aposentados e pensionistas. A MP mudou a margem exclusiva do cartão consignado e de benefícios e reduziu o percentual de comprometimento total da renda mensal, que era de 45% para 40%, com gradual redução de mais 2 pontos percentuais por ano, até atingir 30%.

"Todos esses aspectos apontam para a adoção de concretas e efetivas providências tanto no âmbito administrativo quanto na esfera governamental para equacionar as preocupações destacadas pelo TCU em relação aos empréstimos pessoais consignados", argumenta o governo.

O recurso foi protocolado no TCU como um agravo com efeito suspensivo. Ou seja, pede que a corte de contas revise imediatamente sua decisão para permitir, cautelarmente, a retomada dos empréstimos consignados com desconto em folha. Depois, pede que essa decisão seja confirmada no mérito (ratificada).

Na segunda-feira, a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, classificou como "drástica" a decisão do tribunal. "A gente espera que essa cautelar seja suspensa pelo tribunal em função da importância desse mecanismo de crédito para os aposentados brasileiros", defendeu Belchior.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Cooperativas e associações estreiam no mercado de seguros

Rita Azevedo

Cooperativas e entidades de proteção patrimonial mutualista, conhecidas como empresas de proteção veicular, podem começar a operar formalmente no mercado segurador, com a publicação de duas resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) que trazem as regras para as operações.

A atuação dos modelos baseados na cooperação e no associativismo no mercado segurador passou a ser permitida desde o fim de 2025 com a entrada em vigor do novo marco regulatório do setor, mas ainda faltava uma regulamentação. O esperado é que, com as regras mais claras, surjam novos modelos de negócio que ampliem a competição no setor e que isso contribua para ampliar a oferta de proteção, especialmente em regiões menos atendidas.

"O Brasil possui um déficit de proteção patrimonial e a expectativa é que o novo arcabouço favoreça o surgimento de atores que possam oferecer soluções adaptadas para o seu público específico", disse Regis Dudena, secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda e presidente do CNSP.

A publicação das resoluções é um marco para o mercado "que possibilitará um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico, inclusão e acesso ao seguro, com vistas à construção de um mercado mais amplo, sólido e sustentável", disse Alessandro Octaviani, superintendente da Susep, em nota.

Pela lei, as cooperativas de seguros podem operar em todos os ramos, com exceção daqueles que forem vedados pelo CNSP, como previdência e capitalização. Carlos Queiroz, diretor da Susep, diz que, apesar do cooperativismo de seguros ser previsto na legislação há mais de 60 anos, o mercado não se desenvolveu devido à fatores como a falta de incentivos para a efetiva criação de cooperativas como as agrícolas. A expectativa é que o cenário mude com regras mais robustas.

"As cooperativas de seguros poderão atuar de forma ampla, garantindo danos patrimoniais, pessoais e de responsabilidade civil em todos os segmentos do mercado relevantes para a atuação do cooperativismo", explica.

O cooperativismo de seguros será constituído em três níveis: cooperativas singulares, centrais de cooperativas e confederações de cooperativas, sendo que a regulamentação normatiza as relações entre essas entidades, diz Queiroz.

As associações de proteção patrimonial, que já vinham operando à margem da legalidade, também terão regras próprias e passarão a ser supervisionadas pela Susep, que já é responsável pela supervisão dos mercados de seguros, resseguros, **previdência complementar** aberta e capitalização.

De acordo com as novas normas, o consumidor deverá participar de uma associação, que contratará uma administradora de operações de proteção patrimonial mutualista para realizar a gestão técnica, operacional, financeira e contábil dos grupos de proteção patrimonial mutualista formados pelos associados.

Na medida em que os sinistros ocorrerem, serão apuradas as despesas necessárias ao pagamento das indenizações, que serão rateadas entre os participantes do grupo, de acordo com as regras previamente estabelecidas.

A principal diferença entre as associações e o seguro tradicional é que no seguro, o segurado paga o prêmio (valor do seguro ou da garantia) e transfere o risco de ocorrência do sinistro ao segurador, que fica integralmente responsável pelo pagamento de cada indenização.

Na associação, os próprios participantes ficarão mutuamente responsáveis pelo pagamento das indenizações, mediante o pagamento das contribuições do rateio.

O novo segmento só poderá atuar com a proteção de danos patrimoniais de veículos de vias terrestres, automotores ou não, danos patrimoniais de responsabilidade civil a terceiros, decorrentes de acidentes envolvendo o veículo protegido e assistências diretamente relacionadas com os danos patrimoniais desses veículos.

Segundo a Susep, as normas prudenciais, de governança, de produto e de conduta que as administradoras deverão observar na sua constituição

e funcionamento, na gestão dos grupos de proteção mutualista e no tratamento do consumidor são muito próximas às normas aplicáveis no mercado segurador.

O próximo passo da fase de adaptação será o recebimento pela autarquia dos pedidos para a constituição das administradoras de proteção mutualista. Após a aprovação do primeiro lote de administradoras, as associações poderão escolher uma para contratar e farão a transferência das operações, encerrando a fase de adaptação e concluindo o processo de regularização junto à Susep.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

"Queremos ajudar o endividado que ainda está adimplente"

Giordanna Neves, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou em entrevista ao Valor que o governo avalia novas políticas de crédito para públicos além dos contemplados pelo novo Desenrola. Entre as frentes em análise, estão medidas para pessoas altamente endividadas, mas ainda adimplentes. "Isso é importante para também não gerar um incentivo à inadimplência", disse.

O volume de dívidas elegíveis no programa, anunciado na última segunda-feira, gira em torno de R\$ 100 bilhões. De 20 milhões de pessoas que podem ser alcançadas, cerca de 11 milhões estão negativadas com débitos de até R\$ 1 mil. Como exemplo, uma pessoa com dívida de R\$ 1 mil e inadimplente há seis meses poderá regularizar sua situação com R\$ 150, em três parcelas de R\$ 52 - a parcela mínima foi fixada em R\$ 50.

Ceron disse não ver risco de judicialização no modelo desenhado pelo governo de utilizar recursos não resgatados do Sistema de Valores a Receber (SVR) para reforçar o Fundo de Garantia de Operações (FGO) e ampliar as garantias nas renegociações de dívidas. Ele acrescentou que o governo ainda estuda lançar uma linha de crédito voltada a motoristas de aplicativo para a aquisição de carros.

Além disso, é possível discutir a criação de linhas de crédito para apoiar a adaptação de empresas afetadas pelo eventual fim da jornada de trabalho 6x1. Ele rechaçou qualquer possibilidade de compensar financeiramente as empresas caso a regra da nova jornada de trabalho avance.

Leia os principais pontos da entrevista:

Valor: Havia a expectativa de medida para trocar dívida cara por barata para melhorar o perfil de crédito. Isso será lançado?

Rogério Ceron: O foco foi olhar inadimplentes pessoas físicas, com mudança significativa em relação ao Desenrola anterior,

muito focado em dívidas antigas, que já tinham até quatro anos de inadimplência. Este está focado em

dívidas curtas. O que também deve potencializar muito o resultado é que a negociação vai ocorrer no canal onde houve a tomada de crédito. A gente adiantou alguma coisa para pessoa física também no consignado do **INSS** público, uma questão estrutural, com a redução gradativa da margem, ao mesmo tempo que a ampliação do prazo permite esse reperfilamento para dar conta nesse processo de melhoria da renda disponível e trazê-la com patamar sustentável, evitando a inadimplência. Valor: O Desenrola tem potencial de negociar quantos bilhões de reais em dívidas?

Ceron: São cerca de R\$ 100 bilhões. Há uma concentração muito grande em dívidas pequenas. Cerca de 11 milhões estão negativas com uma dívida menor do que R\$ 1 mil. Essa pessoa não tem acesso a nada, nenhum produto no mercado, por conta disso. Seu nome está sujo. A questão reputacional afeta até a família. Com o programa, essa pessoa com dívida de R\$ 1 mil, se estiver vencida há um ano, a dívida cai para menos que R\$ 200. Dependendo prazo, a dívida pode ficar em até R\$ 100. E ainda pode parcelar. Você consegue reduzir a dívida de 11 milhões de brasileiros com menos de R\$ 500 milhões.

Valor: O uso dos recursos não resgatados nos bancos não pode ser questionado juridicamente? Já tem ação no Supremo.

Ceron: Existe uma lei que autoriza o levantamento desses recursos e que já poderiam estar aqui no Tesouro. Não trouxemos por conveniência

nossa, porque havia uma discussão se é receita primária ou não. Mas decidimos que esse assunto merece atenção. Os recursos não resgatados podem e devem ter destinação benéfica para a sociedade. Hoje, o recurso fica na tesouraria do banco. Tem um volume de cerca de R\$ 10 bilhões, imagina quanto isso gera só de rendimento financeiro. No Desenrola, a solução foi usar os recursos para o FGO. Estamos seguros com o modelo, muito mais interessante do que opção autorizada em lei, de trazer para o Tesouro, e do modelo que existe hoje, de deixar na tesouraria dos bancos. É um modelo mais saudável que permitirá a redução do spread bancário.

Valor: Outras medidas estão sendo discutidas?

Ceron: Tem questões discutidas, mas ainda sem processo decisório. A gente está desenhando possibilidades de políticas para atender outros públicos. O próprio presidente [Luiz Inácio Lula da Silva], de alguma maneira, já tinha sinalizado. Não vou me adiantar, mas há estudos sobre o que mais podemos fazer para melhorar o endividamento, com essa lógica mais estrutural.

Valor: O público será alterado, atingindo trabalhadores informais, por exemplo?

Ceron: Pode atingir outros públicos, mas não posso entrar no detalhe para não criar expectativa. Se eu sinalizo alguma coisa agora, tem efeito muito negativo. Valor: Então não acabou o pacote. Ceron: A gente continua estudando [novas medidas].

Valor: Trocar a dívida cara por barata está em estudo, principalmente para quem está em dia, mas no limite?

Ceron: A gente tem essa preocupação. Há um processo de queda de taxa de juros que já vai começar a se refletir nos juros bancários. Ainda que com parcimônia, o Banco Central reduz a Selic, isso automaticamente vai se refletindo nas taxas de juros. Mas a gente também está olhando como ajudar quem está muito endividado, mas ainda adimplente, para que ele continue adimplente. Isso é

importante para não gerar incentivo para ficar inadimplente.

Valor: Dívidas não bancárias estão no rol de novidades?

Ceron: A opção pela dívida bancária foi para usar a própria plataforma dos bancos, o que permite um alcance maior. Ao trazer para a adimplência esse cliente, acaba de alguma forma permitindo uma consolidação de outras dívidas ou que pegue uma dívida adicional para poder quitar a dívida de utilidades, água, energia, que eventualmente está atrasada. A dívida não bancária teria que voltar para aquele modelo anterior, de ter plataforma única de renegociação.

Valor: O que garante que não vamos precisar de novos programas para reduzir o endividamento no futuro?

Ceron: Lá atrás, houve um foco muito grande nas dívidas antigas e, agora, nas mais novas. [No Desenrola 1] A gente não conseguiu abarcar um público importante, e a taxa de juros não caiu de forma tão consistente como a gente esperava. Estamos fazendo agora algo mais estrutural. O que está levando ao endividamento são várias causas, e uma

delas são as apostas, por isso incluímos a vedação. A outra tem um caráter positivo, mas é um desafio no curto prazo, que é a bancarização em massa, a explosão de fintechs, financeiras. Hoje é muito comum, muito simples, ter cinco cartões de crédito. Isso exige da pessoa, da família, uma capacidade de autorregulação grande. Então tem um trabalho de educação financeira que a gente está tentando endereçar. Vamos pactuar e anunciar com os bancos.

Valor: O novo programa pode repetir o Desenrola 1, em que foi feita a renegociação, mas os juros não caíram?

Ceron: Com o cuidado de não entrar na política monetária ou no trabalho do BC, mas o processo de flexibilização está acontecendo. Vou até ancorar em falas do próprio BC, de que há alguma gordura na taxa de juros real para, mesmo em um momento como este, continuar baixando a taxa de juros. A dívida que tem é, se esse cenário incerto persistir, talvez tenha que

parar antes ou em um patamar maior. Mas o que era o objetivo da política monetária, de acomodar a atividade econômica, já aconteceu. Então, não vejo a repetição do cenário como aconteceu lá atrás.

Valor: As linhas de crédito setoriais lançadas, como a de caminhões, não atrapalham?

Ceron: A gente tem que tomar o cuidado para não desestruturar setores. No setor de caminhões, a indústria estava com uma ociosidade preocupante. O BC tem um mandato muito específico de fazer o que for necessário para trazer a **inflação** à meta. Não é papel do BC estar preocupado se vai quebrar a indústria de caminhões. A política econômica tem que estar preocupada de forma mais ampla. E isso [crédito para caminhões] foi feito com cuidado, porque não é para consumo. São meios de produção, é um setor importante para toda a cadeia logística.

Valor: A linha de crédito para aquisição de carros voltada para motorista de aplicativo vai sair?

Ceron: Está em discussão. Mas, de novo, não seria para consumo. É para pessoa física, mas voltado para a geração de renda. Não deixa de ser um meio de produção, um ativo para formação de patrimônio, como o crédito habitacional. Tem vários estudos que mostram que o endividamento para a habitação aumenta a poupança das famílias, porque ela se força a pagar aquela dívida e forma um patrimônio.

Valor: O ministro do Empreendedorismo disse que o governo estuda ampliar o limite de faturamento do MEI. Como fazer isso com responsabilidade fiscal?

Ceron: As medidas precisam ter fonte de compensação, senão faz mal para o país. Toda essa discussão, a área econômica está disposta a fazer, desde que com compensação.

Valor: Mas vocês estão buscando essa fonte de compensação?

Ceron: Eu tenho sérias ressalvas de que é a janela adequada para se discutir esse tipo de medida agora. Entrando, no próximo calendário eleitoral, talvez não fosse o momento de fazer ações como essa. E tem uma questão de mérito, se de fato precisa desse aumento e as consequências. Tem um custo fiscal de R\$ 50 bilhões direto. E mais o impacto na Previdência, que asseguro que é centenas de bilhões. Não me parece que é isso que o país está precisando. Valor: E compensação em eventual fim da jornada 6x1?

Ceron: Isso é inaceitável para nós. A sociedade brasileira deveria refutar fortemente esse tipo de discussão. Abrir um precedente de que o direito do trabalhador, a hora do trabalhador pertence ao empresário, pertence a uma empresa, é um ativo de uma empresa e por isso ele precisa ser indenizado, seria um retrocesso social brutal.

Valor: É possível crédito para os setores afetados pela redução da jornada?

Ceron: Indenizar, compensar é absurdo. Mas preciso de ajuda para poder me readaptar, investir em automação, e para isso preciso de crédito. Aí é outra discussão. Essa é possível. Tem que ver por setores.

Valor: O ministro Dario Durigan sinalizou que a solução para o BRB é usar o FCDF. Como viabilizar isso?

Ceron: Estamos pressupondo que a intenção do Distrito Federal é tomar a operação e pagá-la. Se é esse o objetivo, não há problema em dar garantia que seja importante, até reforça o interesse deles em pagar e sem agir plenamente depois com a operação. Isso é bom porque reduz o risco para a União e ajuda o GDF. Parece bem justo.

Valor: A garantia do Tesouro está descartada?

Ceron: Hoje, o DF não tem condições de pegar empréstimo com garantia da União, porque não tem capacidade de pagamento.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Governo recorre de decisão do TCU e tenta liberar consignado do INSS

Geralda Doca

O governo recorreu da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), nesta terça-feira, quase uma semana após a corte ter determinado a suspensão imediata do crédito consignado para os aposentados do **INSS** . A decisão foi tomada na quarta-feira da semana passada pelo plenário do tribunal.

Diante da demora, os beneficiários do **INSS** podem ser prejudicados. Segundo técnicos do **TCU**, o recurso ainda não foi incorporado ao processo. Após isso, a peça é encaminhada à área técnica do TCU para análise e, sorteado um ministro relator. Cumprida essas etapas, o pedido é levado ao plenário.

No recurso, o governo alegou que a modalidade de crédito opera em volumes vultuosos de transações diárias , envolvendo mais de 50 bancos credenciados.

O consignado representa, na prática, a principal forma de acesso ao crédito formal a taxas moderadas , sustentou o governo no recurso.

A peça cita ainda que há 65,5 milhões de contratos ativos, que atendem cerca de 16 milhões de segurados, no volume total de R\$ 84 bilhões, o que evidencia a ampla utilização da modalidade e sua centralidade no orçamento familiar, especialmente de pessoas predominantemente de baixa renda, idosos e indivíduos em situação de maior vulnerabilidade econômica .

O governo alegou ainda que a interrupção ampla e imediata do empréstimo pessoal consignado resultante da medida cautelar, alcança dimensões sociais e econômicas relevantes, na medida em que acaba por empurrar segurados para alternativas de crédito mais onerosas, informalidade ou superendividamento, além de reduzir a circulação de recursos em setores sensíveis da economia.

A decisão do TCU afetou empréstimos consignados, cartão de crédito e de benefícios consignados. O Novo Desenrola, lançado oficialmente pelo governo no início desta semana, altera as regras do consignado, ampliando a margem do empréstimo de 35% para 40% e o prazo de pagamento de 96 meses para 108 meses. A medida também acaba com o uso dos cartões consignados.

A medida provisória que cria o programa acaba com o uso dos cartões consignados. No recurso, o governo citou as mudanças,, destacando que a margem de 40% cairá para 30% gradualmente, o que ajudaria a reduzir o endividamento desse segmento da população.

O governo alegou, ainda que a maior parte das travas sugeridas pelo TCU para evitar fraudes já foi adotada. Entre elas, bloqueio automático do crédito consignado com a exigência de desbloqueio pelo próprio segurado com biometria. Extinção de representante legal e trava para bloquear a operação a falecidos e menores de idade, além da proibição de venda casada, como seguro, por exemplo.

A decisão do TCU foi baseada em auditoria que apontou diversas irregularidades na modalidade de crédito.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/05/06/governo-recorre-de-decisao-do-tcu-e-tenta-liberar-consignado-do-inss.ghtml>

Desenrola 2.0: calculadora do GLOBO mostra desconto na dívida do cheque especial

Por O Globo - Brasília

A nova versão do programa Desenrola Brasil 2.0, que permite a renegociação de dívidas bancárias, teve início nesta semana. Será possível negociar diretamente com os bancos dívidas com cheque especial, do rotativo do cartão de crédito, do cartão de crédito parcelado e do crédito pessoal não consignado (CDC). A dívida deve estar com atraso de 90 dias a 2 anos.

O GLOBO preparou uma calculadora para simular o desconto na dívida, conforme parâmetros obtidos a partir de informações do governo. O novo débito gerado terá juro de 1,99% ao mês, com pagamento de até quatro anos. Eventuais pagamentos à vista não entram no Desenrola.

A medida mira a renegociação de dívidas e a redução do comprometimento de renda das famílias com o pagamento das prestações aos bancos.

De acordo com ministro da Fazenda, Dario Durigan, o desconto médio será de 65% da dívida. Veja detalhes da medida e tire suas dúvidas.

Como funciona o Desenrola 2.0?

A dívida renegociada terá:

Para entrarem no Desenrola, as pessoas devem procurar os canais oficiais dos bancos.

Quem pode participar do Desenrola 2.0?

Qual desconto que será aplicado no Desenrola 2.0?

Percentual vai variar de acordo com a modalidade de crédito e o tempo de atraso, confira:

Rotativo do cartão de crédito e cheque especial

Crédito direto ao consumidor ou parcelamento do cartão de crédito

Quais as contrapartidas de quem aderir ao Desenrola 2.0?

Para famílias:

Para instituições financeiras:

Como o FGO participará do Desenrola?

O Fundo garantirá o crédito novo para que famílias renegociem dívidas atrasadas e serão utilizados como fonte de recursos para o FGO:

Como o FGTS será usado no Desenrola?

O que muda no consignado do **INSS**?

O que mudará?

O que muda no consignado do Servidor?

O que mudará?

Como será a negociação no Fies?

Também haverá negociação para o Fies

Como será o Desenrola 2.0 para empresas?

Microempresas (Procred/FGO):

As mudanças para as microempresas, que tem faturamento anual de até R\$ 360 mil, serão:

Pronampe/FGO

Para atender micro e pequenas empresas, ou seja, empresas com faturamento anual até R\$ 4,8 milhões por ano, as alterações no Pronampe serão:

Como será o Desenrola Rural?

Além de famílias, estudantes e empresas, os agricultores familiares, também terão a chance de sair da dívidas. O Desenrola Rural fará a regularização de dívidas e a reinserção produtiva de agricultores familiares, facilitando o acesso ao crédito rural.

Como funciona?

Como era a primeira versão do Desenrola 2.0?

Em 2023, a primeira versão do programa beneficiou mais de 15 milhões de pessoas, com a negociação de R\$ 53 bilhões em dívidas de diferentes setores. A política ajudou a reduzir o endividamento.

Há um diagnóstico no governo de que os bons números da economia e do mercado de trabalho não estão se refletindo em ganho de popularidade para Lula já que parte relevante do orçamento vem sendo usada para pagar dívidas. Segundo o Banco Central, quase 30% (29,7%) da renda dos brasileiros está sendo consumida pelo pagamento de dívidas, o maior patamar da série histórica, iniciada em 2005.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/financas/noticia/2026/05/06/desenrola-20-calculadora-do-globo-mostra-desconto-na-divida-do-cheque-especial.ghtml>

Burnout e ansiedade em alta: como funciona o afastamento por saúde mental e o que diz a legislação atual

O afastamento do trabalho por problemas de saúde mental deixou de ser um tema isolado para se tornar uma realidade frequente em diferentes setores da economia. Afinal, casos de ansiedade, depressão e burnout aparecem com mais regularidade nos consultórios médicos e também nos departamentos de recursos humanos. Portanto, esse cenário desperta atenção não apenas pelo impacto na qualidade de vida dos trabalhadores, mas também pelas repercussões na produtividade das empresas e nos gastos da **Previdência Social**.

Entre os principais fatores associados a esse crescimento estão a intensificação das metas, a hiperconectividade, a pressão por resultados e a dificuldade de separar vida pessoal e profissional. Em muitos ambientes, o ritmo acelerado, somado a relações de trabalho conflituosas ou pouco acolhedoras, cria um terreno propício para o adoecimento psíquico. Ao mesmo tempo, a maior conscientização sobre saúde mental faz com que mais pessoas procurem ajuda especializada e recebam diagnóstico adequado.

A palavra-chave central nesse debate é afastamento do trabalho por saúde mental. Transtornos de ansiedade, quadros depressivos e síndrome de burnout estão entre as principais causas de licenças médicas relacionadas ao ambiente profissional. A síndrome de burnout, reconhecida oficialmente como fenômeno ocupacional, costuma estar ligada a jornadas extensas, sobrecarga de tarefas, alto grau de responsabilidade e pouca autonomia.

Em contextos com gestão autoritária, falta de reconhecimento, assédio moral ou insegurança quanto à manutenção do emprego, os sintomas tendem a se intensificar. Entre eles estão cansaço extremo, alterações de sono, irritabilidade, dificuldade de concentração e sensação de inutilidade ou fracasso. Por isso, quando não tratados, esses quadros podem evoluir para afastamentos mais longos, com impacto direto na trajetória profissional e na saúde geral da pessoa.

Do ponto de vista legal, o afastamento do trabalho por razão de saúde depende de um atestado emitido por

profissional habilitado, geralmente médico ou psiquiatra. Esse documento deve indicar o período necessário de afastamento e o diagnóstico. Ademais, respeitando as normas de sigilo, muitas vezes por meio de códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID). A legislação trabalhista admite esses atestados como justificativa de falta, desde que apresentados dentro dos prazos estabelecidos pela empresa ou por norma coletiva.

Em regra, a empresa é responsável pelo pagamento do salário durante os primeiros 15 dias de afastamento por doença, inclusive quando se trata de transtornos mentais. Nessa fase, o vínculo permanece inalterado e o trabalhador continua recebendo remuneração normalmente, sem necessidade de acionar o **INSS**, salvo em situações específicas. Quando o período de incapacidade ultrapassa esse limite, o caso passa a ser analisado pela **Previdência Social** para eventual concessão de benefício.

Até 15 dias: remuneração paga pela empresa.

Mais de 15 dias: possível direito a benefício previdenciário.

Atestado médico: documento central para justificar a ausência.

Quando o afastamento supera os 15 dias, o trabalhador segurado do regime geral pode requerer ao **INSS** o auxílio por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença. Esse benefício é concedido quando a perícia médica constata que a pessoa está temporariamente incapaz de realizar suas atividades laborais habituais. Nos casos de depressão, transtorno de ansiedade ou burnout, a análise leva em conta laudos, relatórios e exames que comprovem o quadro clínico e sua relação com a capacidade de trabalho.

O processo costuma envolver desafios. Transtornos mentais nem sempre apresentam sinais físicos visíveis, o que torna a comprovação mais complexa. Por isso, relatórios detalhados de psiquiatras e psicólogos, acompanhados de histórico de tratamento, são frequentemente utilizados para demonstrar a gravidade do quadro. Ainda assim, não são raras as

situações em que segurados têm o benefício negado ou concedido por períodos menores do que o indicado pelo profissional assistente.

Agendamento do pedido de benefício junto ao **INSS**.

Apresentação de atestados, laudos e demais documentos médicos.

Realização de perícia médica oficial.

Decisão sobre concessão, prorrogação ou alta do auxílio.

Mesmo com avanços na discussão sobre saúde emocional, o estigma ainda é um obstáculo significativo. Em diversas empresas, persistem percepções de fragilidade ou falta de empenho associadas a quem se afasta por depressão, ansiedade ou esgotamento profissional. Esse ambiente pode dificultar a busca por ajuda, levar o trabalhador a ocultar sintomas e atrasar o diagnóstico.

A comprovação da condição também enfrenta barreiras práticas. A necessidade de consultas especializadas, a dificuldade de acesso a serviços de saúde mental e a pressão para retorno rápido ao trabalho podem prejudicar o tratamento. Em alguns casos, há receio de que o registro de transtornos mentais no prontuário médico gere consequências futuras, seja em processos seletivos, seja em avaliações internas.

Do ponto de vista jurídico, a situação pode envolver discussões sobre estabilidade provisória, responsabilidade do empregador por doenças relacionadas ao trabalho e eventuais pedidos de indenização, especialmente quando há indícios de que o ambiente profissional contribuiu para o adoecimento. A forma como a empresa lida com o caso - oferecendo apoio, adaptação de funções ou ignorando o problema - influencia diretamente o risco de conflitos trabalhistas.

O aumento do afastamento do trabalho por saúde mental gera efeitos relevantes na gestão de pessoas e na economia das organizações. A substituição de profissionais, a redistribuição de tarefas entre colegas e a queda de desempenho decorrente de sintomas não tratados impactam prazos, custos e resultados. Em paralelo, a perda de renda, a interrupção da carreira e o afastamento do convívio social interferem na qualidade de vida de quem enfrenta o adoecimento psíquico.

Diante desse cenário, muitas empresas têm ampliado ações de saúde ocupacional, como programas de apoio psicológico, campanhas de conscientização,

treinamentos para lideranças e revisão de políticas internas de metas e horários. A adoção de medidas preventivas, aliada ao respeito às normas trabalhistas e previdenciárias, tende a reduzir afastamentos prolongados e a favorecer um ambiente de trabalho mais seguro do ponto de vista emocional.

A combinação entre diagnóstico adequado, acompanhamento médico contínuo, cumprimento da legislação e práticas de gestão mais humanas aparece como um fator central para lidar com o crescimento dos afastamentos por saúde mental. Essa abordagem integrada contribui para proteger direitos, diminuir conflitos e preservar tanto a capacidade produtiva quanto o bem-estar dos trabalhadores.

Site: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/burnout-e-ansiedade-em-alta-como-funciona-o-afastamento-por-saude-mental-e-o-que-diz-a-legislacao-atual,9674a6e293655475e1be8adb69ba1512zx97vaab.html>

Redistribuição de royalties desrespeita a Constituição

O Supremo Tribunal Federal julga hoje uma liminar dada há 15 anos pela ministra Cármen Lúcia suspendendo a lei 12.734, de 2012, que determinava nova repartição dos recursos de royalties e participações especiais entre Estados e municípios produtores de petróleo e gás natural, entes federados não produtores e a União. Em disputa está a divisão de R\$ 81 bilhões (2025). A presidente Dilma Rousseff vetou a nova partilha em 2012 e o Congresso derrubou os vetos. Coube então ao procurador estadual do Rio de Janeiro, Luís Roberto Barroso, depois ministro do Supremo e hoje aposentado, o recurso ao STF alegando a inconstitucionalidade da lei.

A lei em questão reduz a parcela da União nos royalties de 30% para 20%, a dos Estados e municípios produtores, de 61% para 26%, e aumenta um fundo especial, destinado à divisão entre não produtores, de 8,75% para 54%. Na participação especial, a fatia dos entes federados produtores cairia a menos da metade (de 50% a 24%), e a dos não produtores iria de zero a 30%. Em ambos os casos, a distribuição daria maior fatia a quem não produz petróleo ou gás.

Uma reviravolta desse porte afetará três Estados que concentram hoje o recebimento dos recursos: Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, cuja participação nos royalties no ano passado foi de 85,5% do total, e de 88,35% na participação especial, sofreria uma drenagem de recursos irrecuperável, com o agravante de encontrar-se em péssima situação financeira desde pelo menos a recessão de 2015, ano em que ficou sem verbas até para pagar os **servidores públicos**.

Os Estados produtores defendem o que estabelece o parágrafo primeiro do artigo 20 da Constituição, que lhes assegura "compensação financeira" pela exploração de petróleo ou gás natural em seu território, plataforma continental ou mar territorial. A compensação valeria também para exploração de recursos hídricos para produção de energia elétrica e outros recursos minerais. Como acontece em petróleo e gás, não há distribuição de royalties nesses dois outros casos a outros Estados.

A compensação financeira serve para ressarcir os custos de degradação do ambiente por acidentes na

extração e transporte da produção, custear infraestrutura que é pressionada pela migração de pessoas em busca de trabalho, atraídas pela riqueza trazida pelo petróleo, e o consequente aumento dos gastos com saúde, habitação,

educação e assistência social. A cidade fluminense de Macaé, por exemplo, viu quase dobrar sua população, para 246,4 mil habitantes, entre 2000 e 2022.

Representantes políticos e empresariais do Rio argumentam que os Estados não produtores se beneficiam dos recursos da produção de petróleo do Estado por meio do ICMS, que, nesse caso, é cobrado no destino e não na origem. Segundo Luiz Caetano, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), os Estados não produtores receberam R\$ 64 bilhões por meio desse imposto no ano passado. A nova repartição prevista pela lei, se for considerada constitucional, será um tiro certo na arrecadação do Estado-25% da receita corrente líquida advém da exploração de petróleo e gás. O baque seria de 9% dessa receita, com redução de cerca de R\$ 8 bilhões para o Estado e R\$ 13 bilhões para os municípios.

A situação financeira do Estado do Rio é ruim, e não é este o ponto que deve ser levado em conta na votação, e sim o desrespeito à Constituição. Mas é agravante o fato de que o Rio terá que arcar com um baque indevido enquanto está no Regime de Recuperação Fiscal e deve R\$ 225 bilhões, sendo R\$ 193 bilhões diretamente à União. A gestão das finanças públicas fluminenses nos últimos governos foi péssima, sem que conseguissem obter superávits primários mínimos para amortizar os débitos. Cinco dos governadores dos últimos 30 anos foram presos. Wilson Witzel sofreu impeachment e seu vice, Cláudio Castro, assumiu e renunciou antes do fim do mandato. O déficit primário projetado para este ano é de R\$ 19 bilhões, e o de 2027 é só um pouco menor, estimado em R\$ 13 bilhões. As contas, que já estão no vermelho com a abundante receita de royalties e participações especiais do petróleo, ficarão ainda piores, colocando o Estado diante da insolvência.

A abundância de recursos advindos do petróleo e gás também tornou os municípios deles dependentes, sem que com isso os indicadores sociais e desenvolvimento da maioria apresentassem melhoria

significativa. Mas essa é uma outra discussão, que não invalida ter de haver o respeito constitucional na distribuição dos recursos. O súbito desaparecimento dos recursos dos royalties e participações causará uma crise social na maioria dos municípios produtores. Em um Estado às voltas com uma avançada infiltração do crime organizado nas instituições do Estado, a nova repartição em julgamento no STF é a pior coisa que pode acontecer ao Rio. O Supremo deveria rejeitá-la.

Tema 304 e seus efeitos econômicos na reciclagem (Artigo)

José Guilherme Missagia e João Pedro Tavares

Da página E1 O Supremo Tribunal Federal concluiu recentemente o julgamento do Tema 304, encerrando longa discussão sobre o regime de PIS e Cofins aplicável à cadeia da reciclagem. A Corte confirmou a possibilidade de aproveitamento de créditos na aquisição de insumos empregados nesses processos e, ao mesmo tempo, afastou o regime que suspendia a incidência dessas contribuições na venda desses materiais a empresas sujeitas ao lucro real.

O julgamento gerou, no segmento da logística reversa, uma expectativa significativa e, à época, marcadamente favorável. Inúmeros debates, recursos, laudos técnicos apresentados por *amicus curiae* e sucessivos pedidos de vista antecederam um desfecho que se revelou um verdadeiro anticlímax, deixando sem resposta diversos agentes diretamente interessados.

A justificativa apresentada pela Suprema Corte é a de que a aplicação da sistemática de créditos e débitos sobre sucatas fomentaria o setor, incentivando grandes empresas processadoras - como as indústrias siderúrgicas - a privilegiar insumos provenientes da cadeia de reciclagem, em detrimento da matéria-prima oriunda do setor extrativista, diante da agora assegurada possibilidade de creditamento a partir dessas aquisições.

A preocupação com a supressão da sistemática prevista nos artigos 47 e 48 da Lei nº 11.196/2005 decorre, sobretudo, dos efeitos práticos que essa mudança pode gerar. Isso porque grande parte da sociedade - e, em certa medida, também o próprio sistema de Justiça - ainda desconhece a realidade operacional desse mercado e sua relevância para o equilíbrio econômico e ambiental.

O primeiro efeito deletério desse novo cenário é, de forma inequívoca, o aumento do preço e do custo operacional para as empresas inseridas na cadeia de logística reversa. Trata-se de um segmento que, há algum tempo, passou a apresentar elevado grau de sofisticação e verticalização.

A ideia de que a coleta, o suprimento e o processamento de sucata são realizados pelo bravo catador de latinhas puxando uma carroça improvisada

é tão ultrapassada quanto a já deslocada figura do vendedor de enciclopédias.

Ao contrário, o processo envolve diversas etapas, hoje desempenhadas por empresas médias, muitas vezes inseridas no regime cumulativo do PIS/Cofins, que passam agora a suportar a tributação de 3,65% sobre suas vendas, sem créditos. As empresas intermediárias de maior porte, sujeitas ao regime não cumulativo, igualmente passam a tributar suas operações, com incidência de contribuições sobre a margem de valor agregado na comercialização da sucata processada.

Não há como se negar que aquilo que até então era tributado a zero passa a contar com uma carga superior e distante de qualquer noção de neutralidade econômica, seja pelos diferentes regimes de tributação incidentes ao longo da cadeia de logística reversa, seja pela natural agregação de valor em cada etapa.

Nesse contexto, é ao menos questionável o argumento de que a concessão de créditos estimularia a demanda por materiais reciclados em detrimento de insumos extrativistas. A participação desses materiais já supera 70% das aquisições do setor de transformação, o que se explica por razões logísticas evidentes, como a proximidade com centros urbanos e a menor dependência de modais complexos. As limitações à sua expansão decorrem, sobretudo, das próprias restrições estruturais da coleta.

Ou seja, as indústrias de transformação já possuem razões suficientes para privilegiar insumos reciclados. A concessão de créditos, nesse cenário, apenas lhes assegura vantagem adicional, viabilizada em detrimento do segmento intermediário - justamente o elo mais sensível da cadeia.

A literatura econômica costuma ilustrar esse tipo de situação com o chamado "efeito cobra", expressão associada a um episódio ocorrido na Índia colonial em que recompensas pagas por cobras mortas acabaram estimulando a criação dos próprios animais.

Desde então, o caso passou a ser utilizado como metáfora para situações em que um incentivo aparentemente bem desenhado produz consequências muito diferentes das que motivaram sua criação.

A dinâmica que pode emergir na cadeia da reciclagem se aproxima desse fenômeno. A aplicação abstrata da não cumulatividade tende a deslocar a distorção para dentro da própria cadeia produtiva, beneficiando o elo final enquanto comprime a etapa intermediária responsável por organizar o fluxo de materiais recicláveis e, em última instância, os próprios agentes que atuam na base dessa cadeia.

Por assim dizer, a síntese do problema parece residir na aversão do homem sábio às soluções simples - traço já observado pelo retratista inglês Sir Joshua Reynolds, em sua sarcástica leitura da intelectualidade: "não há expediente a que o homem não recorra para evitar o real trabalho de pensar".

Ainda assim, há algum espaço para uma leitura menos pessimista, mesmo diante do duro inverno que se anuncia para o segmento de logística reversa. A **reforma tributária** projeta a redução da alíquota das novas contribuições e, com elevado grau de probabilidade, a ampliação das hipóteses de creditamento vinculadas à atividade-fim.

Nesse sentido, embora o desfecho do Tema 304 represente uma inflexão relevante em um arranjo que se mostrava estável e bem-sucedido - e imponha um período de ajustes com custos inevitáveis -, é razoável esperar, no médio prazo, a recomposição de um ambiente mais racional, capaz de beneficiar não apenas a indústria de transformação, mas também a cadeia intermediária, hoje responsável pela organização e eficiência desse segmento.

José Guilherme Missagia e João Pedro Tavares são sócios do Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Durigan diz que Brasil está num bom caminho e prevê superávit este ano

Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse, nesta quarta-feira (6), que o papel do seu ministério é manter a estabilidade fina do país. Em entrevista ao programa Alô Alô Brasil, apresentado por José Luiz Datena, ele destacou que o Brasil está num bom caminho. "Estamos projetando superávit neste ano e no próximo".

Durigan acrescentou que o Ministério da Fazenda já entregou a primeira peça do orçamento para 2027: "É a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que já aponta superávit de 0,5% para o próximo ano e vamos seguir nessa toada".

Durigan fez também uma comparação entre 2026, último ano do atual mandato do presidente Lula, com 2022, que marcou o fim do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro: "2026 será diferente de 2022. Em 22 também tinha guerra, tinha problemas. O que foi feito em 2022 foi meter os pés pelas mãos. Tomou-se dinheiro dos governadores na mão grande, houve calote em precatórios e as pessoas pararam de receber".

O ministro explicou que naquele ano foi registrado superávit, mas que isso aconteceu porque "empurraram um monte de problemas para a frente". Na entrevista, Durigan lembrou que o então ministro Fernando Haddad pagou os governadores quase R\$ 30 bilhões em 2023, pagou precatório às pessoas, fez a **reforma tributária** e organizou as contas do país. "Vamos fazer um 2026 com estabilidade na economia".

Risco no abastecimento

"Neste ano temos risco no abastecimento [de combustíveis]. É um risco para escoar nossa safra e para os caminhoneiros continuarem trabalhando regularmente", alertou.

"Neste ano temos risco no abastecimento [de combustíveis]. É um risco para escoar nossa safra e para os caminhoneiros continuarem trabalhando regularmente", alertou.

"Estamos cuidando para manter o abastecimento firme no país", disse o ministro. Ele informou que, a pedido

do presidente, falou com todos os governadores e disse que as coisas não serão feitas como em 2022.

Se tem um problema com todo mundo, vamos dividir a conta, especificamente da importação do diesel. Estamos dividindo a conta e mesmo os [governadores] da oposição toparam, exceto um".

Se tem um problema com todo mundo, vamos dividir a conta, especificamente da importação do diesel. Estamos dividindo a conta e mesmo os [governadores] da oposição toparam, exceto um".

Quem ficou de fora do acordo foi o governo de Rondônia, que não aceitou reduzir o ICMS, imposto estadual que incide sobre o diesel.

O ministro explicou que o governo federal tirou o tributo do diesel, mas também do biodiesel "para tratar de maneira paritária o combustível fóssil e o renovável. Estamos apresentando também ao Congresso a possibilidade de tirar o tributo da gasolina e do etanol, ainda que parcialmente".

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-05/durigan-diz-que-brasil-esta-num-bom-caminho-e-preve-superavit-este-ano>

Reforma tributária altera estratégias de exportação

A aprovação da **reforma tributária** marca uma mudança no sistema fiscal brasileiro e já mobiliza empresas que atuam no comércio exterior. Mesmo com parte das regras ainda em fase de regulamentação, muitos profissionais apontam que o novo modelo exigirá planejamento antecipado, especialmente de companhias inseridas em cadeias globais ou com atuação em commodities.

Nesse cenário, análises sobre o tema já indicam possíveis desdobramentos práticos. De acordo com levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a reforma tende a impactar diretamente a competitividade das exportações brasileiras, ao reduzir distorções tributárias e custos ao longo da cadeia produtiva, como detalhado em estudo sobre os efeitos da nova estrutura no comércio exterior brasileiro.

Esse contexto reforça um dos principais pontos de atenção para as empresas: a definição da carga tributária efetiva. Ainda não há clareza sobre a alíquota consolidada da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), nem sobre a forma como créditos e compensações serão aplicados em operações de importação e exportação.

Ainda existe um nível relevante de incerteza sobre a carga tributária final e sobre a operacionalização dos créditos. Dependendo de como essas regras forem implementadas, pode haver impacto direto nos custos, sobretudo em setores que trabalham com margens mais apertadas, afirma Ana Amélia Tormin, CSO e diretora jurídica e de Compliance da Timbro, plataforma de comércio exterior do Brasil.

Outro aspecto que deve influenciar o ambiente de negócios é o fim gradual dos incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para importação, previsto até 2032. Esses benefícios tiveram papel importante na definição de rotas logísticas, localização de centros de distribuição e atração de investimentos ao longo dos últimos anos.

Análises de consultorias especializadas apontam que mudanças na estrutura de incentivos fiscais devem levar empresas a revisarem estratégias operacionais e logísticas, especialmente em operações internacionais, como destacado em avaliação sobre os

impactos da reforma no comércio exterior.

Com a mudança, a tendência é de maior equilíbrio concorrencial entre os estados, mas também de revisão de estratégias por parte das empresas. A retirada desses incentivos tende a redesenhar decisões logísticas e operacionais. Muitas empresas precisarão reavaliar a localização de suas operações para manter eficiência e competitividade, explica a executiva.

No campo operacional, a transição para o novo modelo tributário deve exigir adaptações significativas em sistemas e processos internos. Plataformas de gestão empresarial, soluções voltadas ao comércio exterior, emissão de notas fiscais e integrações com parceiros comerciais devem passar por revisões.

A adoção de um modelo dual baseado em IBS e CBS, em linha com sistemas de imposto sobre valor agregado utilizados internacionalmente, tende a simplificar o ambiente tributário e aumentar a previsibilidade das operações, conforme apontado em análise sobre os impactos da reforma na internacionalização das empresas brasileiras.

Para Ana, experiências anteriores indicam que mudanças dessa magnitude vão além da área fiscal. Transformações tributárias impactam toda a cadeia operacional. Isso inclui desde processos internos até a relação com fornecedores e clientes, inclusive internacionais, que também precisarão compreender as novas regras, diz.

Os efeitos da reforma também devem alcançar contratos comerciais. A tendência é que acordos de longo prazo, especialmente aqueles ligados à importação, exportação e revenda no mercado interno, passem a incluir cláusulas de revisão relacionadas à tributação. Alterações na carga tributária e nos regimes de crédito podem afetar diretamente preços, margens e prazos. Antecipar discussões contratuais é uma forma de reduzir riscos e evitar disputas no futuro, conta.

Embora a implementação ocorra de forma gradual, a ideia é que as empresas iniciem o quanto antes a avaliação de impactos, a simulação de cenários e o planejamento de ajustes operacionais e contratuais. Esse período de transição tende a ser desafiador,

Emissões externas do Tesouro ajudam a "irrigar" mercado local

A emissão de títulos soberanos no exterior pelo Tesouro Nacional não tem só ajudado a proteger a taxa de câmbio, mas também tem irrigado o mercado local com dólares, além de dar um respiro à liquidez da moeda no Brasil. Diante da busca de diversificação de financiamento pelo Tesouro e da dificuldade provocada pelo conflito no Oriente Médio na colocação de títulos públicos no mercado doméstico, o órgão somou US\$ 10,4 bilhões em emissões neste ano e há a percepção entre agentes de mercado de que a maior parte desse capital pode ter sido internalizada.

A primeira emissão de bonds soberanos no ano foi realizada em 9 fevereiro, quando o Tesouro captou US\$ 4,5 bilhões. Pouco mais de uma semana depois, na data da liquidação dos papéis (19 de fevereiro), operadores de câmbio relataram uma venda intensa e ordenada de dólares no mercado futuro por meio de diferentes corretoras. Movimento semelhante foi visto na semana retrasada, na liquidação da venda de 5 bilhões em bonds.

Nos dois momentos, o real chegou a se destacar frente à maioria das moedas mais líquidas - ainda que na internalização mais recente toda essa apreciação tenha sido diluída por uma piora na percepção de risco derivado da guerra no Irã e pela redução de impostos de combustíveis no Brasil.

Mas não foi só a cotação do câmbio que mostrou o efeito da internalização de capital no país. Houve, também, um aumento da liquidez do mercado, percebida principalmente na melhora do dólar "casado" - a diferença em pontos entre a cotação do dólar futuro e o dólar à vista.

Dados do Banco Central (BC) divulgados posteriormente corroboraram aquilo que o dólar casado já tinha indicado sobre o aumento de liquidez: houve entrada pelo fluxo cambial nas liquidações dos bonds emitidos em fevereiro e em abril, com ingresso de US\$ 2,286 bilhões e US\$ 7,354 bilhões, respectivamente. Esta última teria sido a segunda maior entrada diária de dólares no país dessa série histórica específica, iniciada em 2008, com o montante atrás apenas do fluxo de US\$ 7,357 bilhões de 11 de julho de 2011.

A entrada de capital em moeda estrangeira caiu como luva para os dealers de câmbio, que vinham

recorrendo cada vez mais ao mercado externo para captar dólares. Na virada do ano, a busca dos bancos por liquidez no exterior atingiu nível recorde, com a posição vendida em dólares no mercado à vista batendo o nível de US\$ 42,4 bilhões, ainda de acordo com dados do BC.

Profissionais familiarizados com a dinâmica das tesourarias explicam que não há grandes problemas com o aumento dessa posição vendida dos bancos no mercado à vista, mas que há um custo dessa captação no exterior. A alternativa para aumentar a liquidez, assim, seria ou via atuação do BC (seja pela linha ou pela venda à vista de dólares) ou pela "importação" de dólares via captação corporativa ou do Tesouro.

No caso do papel do BC, a venda à vista acaba sendo a última opção para elevar a liquidez, porque significa queimar reservas do país. A linha (venda de dólares com compromisso de recompra) é, portanto, o caminho intermediário, mas tem limitações.

Traders de câmbio observam que há restrições do uso da linha pelos bancos por questões de regras de balanço. Além disso, esse recurso do BC só é oferecido aos dealers de câmbio, e não a todo o mercado, como ocorre no caso dos leilões de swap cambial. Nos leilões de linha, os dealers pagam uma remuneração ao BC e, para eles, o melhor seria pagar o mínimo possível pela linha, ainda que necessitem do recurso. No entanto, quando o BC começa a rolar a linha de dólar por tempo indeterminado, os dealers, que são um grupo concentrado de agentes, podem demonstrar indisposição por carregar o instrumento de liquidez e querer pagar uma remuneração mais baixa.

Aventa-se que isso tenha ocorrido no ano passado, em meados de junho, quando o Banco Central teve dificuldade de rolar parte do estoque de linha de US\$ 17 bilhões que vinha mantendo em funcionamento desde o início de 2025, e por isso acabou optando pelo "casadão" para dar liquidez ao mercado.

Na captação corporativa, por algum tempo, empresas brasileiras optaram por se financiar por aqui, em vez de buscar capital no exterior, devido a incentivos locais, o que limitou a entrada de dólares no país. Além disso, grandes empresas locais têm caixa fora do país e balanço em dólares, então não necessariamente internalizam a totalidade dos

recursos.

Assim, a estratégia do Tesouro em voltar a emitir títulos no exterior vem em boa hora, ao menos ao se observar o funcionamento do mercado de câmbio. No início do ano, na divulgação do Plano Anual de Financiamento (PAF), o órgão já havia afirmado que deveria superar o volume de emissões externas de 2025, ao dar continuidade à venda de títulos de referência em dólar, retornar ao mercado europeu e ainda fazer uma emissão inaugural em yuan.

As captações externas também ajudam o Tesouro, ao menos momentaneamente, a não depender de forma única e exclusiva das LFTs, os títulos indexados à Selic que costumam ser mais utilizados em momentos de crise. Após o estresse nos mercados de juros e de títulos públicos em março, houve um aumento nas emissões de LFT. Nas últimas semanas, o Tesouro até voltou a emitir mais prefixados, mas, com novos picos de estresse nos juros locais, é possível que volte a pisar no freio nessas emissões.

Uma operador diz que as emissões maiores do Tesouro no mercado internacional ocorrem por uma mudança na estratégia do órgão ocorrida em 2024, onde a "carteira ótima" tinha composição de 5% a 9% em títulos vinculados ao câmbio. No último dado disponível, a parcela cambial era de 3,8%.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Dino determina que taxa de fiscalização fique com a CVM

Victoria Netto Do Rio

Um dia após audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Flávio Dino determinou que a arrecadação da taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) seja destinada à autarquia. A decisão prevê que se desconte apenas a parcela de Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo que permite ao governo federal usar até 30% das receitas de impostos e taxas que seriam destinadas a áreas ou órgãos específicos. Para especialistas ouvidos pelo Valor, a medida representa uma "vitória histórica" e o cumprimento da Constituição.

Na liminar, Dino também exigiu que o governo federal apresente, em 20 dias úteis, um plano operacional de emergência da atividade fiscalizatória para o exercício de 2026. Determinou ainda que a União se manifeste, no mesmo prazo, sobre a falta de membros no colegiado da CVM. Atualmente, a instância opera com apenas dois de cinco diretores. As indicações são feitas pelo Ministério da Fazenda e os nomes precisam passar por sabatina no Senado.

Em janeiro, o governo federal indicou o ex-diretor Otto Lobo para a presidência da CVM e o do advogado Igor Muniz para um dos assentos como diretor. O nome de Lobo não foi bem recebido pelo mercado e, em meio a divergências entre o Senado e o Planalto, as sabinas ainda não foram realizadas.

Na decisão, Dino também exigiu a formulação de um plano complementar de médio prazo, que traga diretrizes, investimentos e projeções para os horizontes de 2027 e anos subsequentes. Esse plano deve ser apresentado pela União em no máximo 90 dias corridos.

A liminar ainda será apreciada pelo plenário do STF para referendo, conforme prevê o regimento da Corte. O relator pode encaminhar o caso ao plenário virtual ou presencial, sendo mais comum o formato virtual, em que os ministros votam ao longo de uma semana. A apreciação pode ser interrompida por pedido de vista ou destaque, o que levaria a análise ao plenário físico.

Segundo o ministro, a medida liminar busca reverter um quadro de "atrofia institucional" provocado pela

retenção desses recursos pelo Tesouro Nacional. No cenário atual, cerca de 70% da arrecadação ficava com o Tesouro para gastos gerais, enquanto a CVM recebia apenas 30%. Em 2025, a taxa de fiscalização arrecadada chegou a R\$ 1,2 bilhão, enquanto o orçamento da CVM para 2026 ficou em R\$ 47 milhões.

"Descortina-se quadro inequívoco de atrofia institucional e asfixia orçamentária", escreveu o ministro. "A retenção dos recursos arrecadados não aparenta configurar apenas uma afronta à lógica constitucional tributária, mas revela-se também como fator de vulnerabilização direta da segurança pública e da integridade da economia popular do país. Os custos socioeconômicos são, evidentemente, muito maiores do que possíveis ganhos fiscais com a retenção dos recursos oriundos da taxa", continuou.

A decisão veio um dia após uma audiência pública realizada na Corte, convocada por Dino em resposta a uma ação do Partido Novo, que alegava irregularidade nas mudanças sobre a cobrança das taxas de fiscalização da CVM trazidas pela lei 14.317/2022. A legenda também apontava inconstitucionalidade na destinação da taxa fiscalizatória da autarquia. Na ocasião, foram ouvidos representantes da CVM, do Coaf, do Banco Central (BC), advogados e organizações do mercado.

Para o presidente interino da CVM, João Accioly, a realização da audiência pública foi "exemplar" e a decisão restaura a ordem constitucional. "Além da publicidade e transparência do debate, explicitou o quanto o aumento do financiamento da CVM é necessário. A decisão, no plano jurídico, restaura a ordem constitucional, e no plano dos fatos tem valor inestimável para um eficiente desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro."

Na avaliação da diretora da CVM Marina Copola, a decisão representa um reforço relevante à capacidade operacional do órgão. Ao mesmo tempo, ponderou que o ineditismo e a abrangência da decisão exigem cautela, já que a medida abre a possibilidade de extensão de entendimentos semelhantes a outras agências reguladoras. Copola destacou ainda que a exigência de planos a serem apresentados pela União reflete uma preocupação legítima com a boa alocação dos recursos públicos.

"É uma discussão que tem que se dar com responsabilidade, tendo em vista os impactos do ponto de vista fiscal, orçamentário e eficiência alocativa. São recursos públicos, e é claro que a gente quer fortalecer o regulador, mas dentro de parâmetros reforçados, olhando para a política pública como um todo", disse.

O superintendente seccional da CVM, Daniel Valadão, classificou a decisão como uma grande vitória da CVM e do mercado de capitais do Brasil. "A gente lutava pelo fortalecimento da CVM há muito tempo. É uma decisão de fato histórica", disse. Apesar disso, reconheceu o alto impacto sobre o orçamento da União e que a decisão ainda pode ser alvo de recurso.

Ex-presidente da CVM, João Pedro Nascimento avaliou que a decisão reforça um princípio constitucional básico. "A decisão é estruturante. O ministro aplicou o que a Constituição determina: taxa é tributo vinculado, e sua arrecadação deve financiar a atividade que a justifica", disse.

Representante do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), Gabriela Codorniz disse que o caso significou uma aproximação entre o Judiciário e a autarquia. Para ela, a discussão evidenciou que o problema central não era a constitucionalidade da taxa, mas a forma como era direcionada. "A ação acabou ensejando uma discussão muito importante sobre o correto direcionamento desses valores devidos à CVM."

Para Danilo Gregório, gerente de Conhecimento e Relações Institucionais do IBGC, ao direcionar a os recursos arrecadados à autarquia, a Corte reconhece a complexidade do mercado de capitais brasileiro. "A fiscalização robusta é condição básica para a confiança, a proteção dos investidores e o desenvolvimento sustentável do mercado de capitais no país."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

As agruras de Milei

Apopularidade do presidente da Argentina, Javier Milei, não vai bem. Diferentes institutos de pesquisa apontam que mais de 60% da população tem visão negativa do governo. Já no Índice de Confiança no Governo, da Universidade Torcuato Di Tella, Milei tem o segundo pior desempenho de seu mandato, atrás apenas do registrado em setembro do ano passado, quando estourou o escândalo de propinas envolvendo sua irmã, Karina Milei, que também é figura central do governo no cargo de secretária-geral da presidência.

A percepção de que pessoas muito próximas do presidente estão envolvidas em corrupção agora atinge com mais força o chefe de gabinete do presidente, Manuel Adorni, contra quem pesam suspeitas de enriquecimento ilícito. Em março, a mulher de Manuel Adorni, Bettina Angeletti, que não tem cargo no governo, embarcou ao lado do marido e do próprio Milei no avião presidencial que transportou o mandatário para uma visita oficial a Nova York. Parece evidente a confusão entre público e privado.

Como se sabe, funcionários públicos exibindo sinais de riqueza incompatíveis com seus contracheques, bem como o uso de aviões governamentais por quem não tem motivo algum para fazê-lo, são práticas corriqueiras na América Latina. Quando se candidatou à presidência, Milei não apenas prometeu que levaria a cabo um duro ajuste econômico, como também pregava energicamente contra a corrupção tão arraigada nos governos que o antecederam.

Traumatizados por anos de incúria peronista, os argentinos deram a Milei e seu discurso antissistema um voto de confiança, tornando-o presidente. Uma vez no poder, Milei passou a adotar as ações amargas que prometeu, reduzindo a máquina pública e cortando subsídios, medidas impopulares que os argentinos abraçaram porque não aguentavam mais a **inflação** astronômica e a falta de perspectivas em um país que já foi uma das economias mais prósperas do mundo. A **inflação** recuou fortemente e o país voltou a ter superávits primários consecutivos (2024/2025), algo inédito desde 2008.

Em reconhecimento, os argentinos deram a vitória ao partido de Milei, o A Liberdade Avança, nas eleições legislativas do fim do ano passado, em um sinal de disposição de seguir adiante com as reformas estruturais do libertário.

As sucessivas denúncias de corrupção contra figuras-chave do governo, porém, podem comprometer a

capacidade do governo de seguir adiante com medidas necessárias - e impopulares. Embora acusações contra Adorni não parem de surgir, Milei tem defendido seu chefe de governo e utilizado o caso para atacar a oposição, cuja popularidade é ainda menor que a do governo.

Não parece ser a melhor estratégia, porém, especialmente em momento em que a questão do custo de vida tanto aflige a população.

Os argentinos elegeram Milei para cortar na carne, mesmo que lhes doesse, e para ser implacável contra a corrupção. Medidas austeras não terão apoio se a população entender que Milei, apesar do discurso feroz contra as "castas", abre exceções para seus próprios intocáveis. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Tempestade perfeita" pressiona preço dos alimentos e ameaça a meta do BC

O Banco Central está diante da formação de uma tempestade perfeita na sua tarefa de trazer a **inflação** para a meta de 3% ao ano. Além dos efeitos da guerra no Oriente Médio, com a alta dos preços dos combustíveis, surge no radar de analistas uma pressão sobre o preço dos alimentos.

Mais do que a escalada dos preços de fertilizantes causada pelo conflito entre Estados Unidos e Irã, que bloqueou o escoamento de parte relevante da produção do insumo, entram na conta também intempéries climáticas que têm potencial de romper a dinâmica benigna dos alimentos observada em 2025, segundo economistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

Para eles, esses fatores somados podem dar lugar a dois anos seguidos de alta dos alimentos acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), impondo ainda mais dificuldade à tarefa do BC de trazer a **inflação** para a meta - até abril, segundo prévia do IPCA-15, a taxa acumula alta de 4,37% em 12 meses.

Em primeiro lugar, há a probabilidade não desprezível de que o El Niño de 2026 seja forte. O evento, que ocorre em meados do ano, coincidiria com o período seco na região Sudeste. Essa seria uma combinação que, em estimativas como a da Warren Investimentos de um cenário extremo, poderia adicionar até 2 pontos percentuais à alta do IPCA no acumulado do biênio.

Grupo de maior peso no índice oficial de **inflação**, que mede a variação de preços de uma cesta de consumo de famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos, a parte de alimentação e bebidas representa mais de um quinto (21,3%) do IPCA. Esse percentual sobe a 24,3% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), cuja cesta abrange famílias com renda mensal entre um e cinco salários mínimos.

Segundo estudo da Warren, seis itens figuram no topo da

lista de maior peso que, além de terem elevada sensibilidade ao aumento do petróleo, mostram repasse de forma rápida, com transmissão em até um mês do choque. São eles: carnes, peixes industrializados, aves e ovos, leite e derivados,

panificados e óleos e gorduras.

Mas também há itens alimentares nos grupos de repasse com média velocidade, que ocorre entre dois e quatro meses, tais como cereais, legumi-nosas e alimentação fora de casa. Finalmente, no grupo de repasse lento, que se dá cinco meses ou mais após o choque, o destaque vai para farinha, fécu-las e massas e bebidas.

Assim, aponta Andréa Ange-lo, estrategista de **inflação** da plataforma de investimentos, esses preços representam uma parte significativa do impacto total - calculado em 1,7 ponto percentual até 2027 - do grupo de preços sensíveis à elevação do barril de óleo tipo Brent no IPCA.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, diz que está mais preocupado com a dinâmica dos alimentos no próximo ano do que no atual. Em suas estimativas, o IPCA de alimentação e bebidas pouco vai desacelerar entre 2026 e 2027, de 5,4% para ao redor de 5%, mas os riscos são para cima. "Este ano teremos uma pressão sazonal normal de alimentos, mas esse combo que pode afetar 2027 é mais preocupante, com o efeito adicional de fertilizantes que vamos precisar acompanhar, porque depende do andamento da guerra", disse Vale.

EL NINO. Caso o El Niño seja forte, deve coincidir com o déficit hídrico na fase crítica do milho da segunda safra, de abril a junho. E, se o câmbio se depreciar, haverá um impacto de 0,39 a 0,49 ponto na **inflação**

ao mês, estima Vale. Nessa hipótese, a **inflação** acumulada em 12 meses da alimentação poderia bater em 10% ainda este ano, diz. "Ainda não é o cenário mais provável, mas tem uma possibilidade não trivial." Sócio e economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio de Souza Leal aponta que, segundo seus cálculos, anos com formação do El Niño registraram **inflação** anual média de alimentos de 11,6%. Sem o fenômeno climático, o dado ficou em 6,1%. "Culturas de safra curta, como legumes, verdu-

ras e frutas, podem ser impac-tadas. E aí teremos, sim, uma **inflação** maior de alimentos no segundo semestre", prevê.

Se o evento começar em junho, o efeito nos preços

ficaria mais concentrado este ano, diz Leal. Caso o início se dê em agosto, a produção de alimentos in natura seria mais afetada em 2027. Nas estimativas da G5, a variação dos alimentos no domicílio vai avançar de 5%, neste ano, a 7% no próximo.

Copom reforça cautela em ata sobre corte da taxa Selic

Ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada ontem pelo Banco Central reforça a necessidade de cautela e reafirma que, em função da guerra no Oriente Médio, decisões sobre cortes da Selic serão tomadas a cada nova reunião do colegiado. No encontro da semana passada, a taxa básica de juros sofreu corte de 0,25 ponto porcentual, de 14,75% para 14,50%.

"No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo", disse.

Foi a segunda redução seguida da taxa básica de juros. Na reunião anterior, em março, o Copom havia dado início ao ciclo de "calibração" ao levar os juros de 15% para 14,75% - o primeiro corte em quase dois anos.

Na ata publicada ontem, o colegiado repetiu que a decisão de cortar a Selic é compatível com a estratégia de convergência da **inflação** para ao redor da meta ao longo do horizonte relevante. O Copom afirmou que as últimas divulgações de **inflação**, tanto ao consumidor quanto ao produtor, mostraram sinais claros de efeitos dos conflitos geopolíticos no Oriente Médio, "situando-se em valores significativamente acima dos inicialmente esperados".

CONFLITO. O Copom afirma que o movimento de queda das expectativas de **inflação** foi interrompido pelo conflito no Oriente Médio, que levou a

um aumento. "Desde a reunião anterior, ficou evidente uma desancoragem adicional das expectativas de **inflação** para horizontes mais longos, em particular para o ano de 2028", diz a ata.

O Copom afirmou que julgou apropriado dar sequência ao ciclo de "calibração" da Selic, na medida em que o período prolongado de manutenção dos juros em patamar contra-cionista propiciou evidências da "transmissão" da política monetária sobre a desaceleração da atividade econômica.

REPERCUSSÃO. O BTG Pactual avalia que a ata do Copom trouxe elementos ligeiramente mais "hawkish" (duros) do que o **comunicado** da semana passada, por três pontos: explicitar a desancoragem adicional das expectativas em horizontes mais longos, em especial 2028; destacar que as leituras recentes de **inflação** vieram significativamente acima do esperado; e reafirmar o compromisso de combater efeitos de segunda ordem do choque de petróleo.

Segundo a equipe de economistas do Bradesco, a ata trouxe poucas novidades e reforçou a avaliação do BC de que os juros restritivos estão contribuindo para a moderação da atividade econômica doméstica

Já o economista Marco Antonio Caruso, do Santander, considera que a ata aumenta o risco de uma pausa antecipada nos cortes da Selic e reforça a probabilidade de um ciclo de afrouxamento mais curto. Com isso, acrescenta, vai revisar sua estimativa para a taxa Selic.

O Copom pareceu confiante, na ata da reunião de abril, a respeito da possibilidade de continuar reduzindo a Selic nas próximas reuniões, mas não demonstrou disposição em alterar o ritmo de cortes da taxa, segundo relatório divulgado pelo Itaú Unibanco. colaboraram

CAROLINE ARAGAKI, DANIEL TOZZI E GUSTAVO NICOLETTA

Dinheiro caro, um entrave ao crescimento da economia e do emprego, vem sendo mantido no Brasil graças a uma cooperação informal - e provavelmente involuntária - entre Trump e Lula.

Ao explicar a lenta redução dos juros básicos, cortados na semana passada para 14,50%, o Copom menciona tanto a insegurança internacional quanto as incertezas sobre as contas públicas brasileiras. A crescente dívida federal, sem sinais de estabilização, é mais uma vez citada com destaque na ata da última reunião do comitê, divulgada ontem.

Bons sinais da economia brasileira, como o desemprego em "patamares historicamente baixos", são apontados como fatores de preocupação, num cenário de elevação de rendimentos acima do aumento de produtividade do trabalho. Mas a análise avança, como tem ocorrido em outros informes do Copom, para o exame da política fiscal, isto é, da gestão das contas públicas, e de seus efeitos na evolução dos preços no mercado interno.

A curto prazo, a política fiscal pode afetar a demanda interna, estimulando ou contendo a procura de bens e serviços. No caso brasileiro, obviamente, a expansão do gasto governamental faz a demanda crescer mais velozmente do que a oferta de produtos, facilitando a alta de preços.

Em prazo mais longo, e numa "dimensão mais estrutural", a gastança federal pode criar insegurança quanto à sustentabilidade da dívida pública e favorecer a elevação dos juros. Em outras palavras: se o governo se torna mais dependente de empréstimos para fechar suas contas, o custo do crédito tende a subir.

No Brasil, o fenômeno tem sido rotineiro. O governo tem papel direto na elevação dos juros, e isso é mais uma vez lembrado no informe do Copom.

Desta vez, a instabilidade internacional vem tendo especial importância na deterioração das percepções, segundo observam os autores do **comunicado**. As expectativas de **inflação** voltaram a subir com os

novos conflitos no Oriente Médio. Essas expectativas, observam os dirigentes do BC, têm permanecido acima da meta de **inflação** "em todos os horizontes".

Qualquer leitor pode conferir essa observação examinando os números da pesquisa Focus: as expectativas de **inflação** subiram seguidamente nas últimas seis semanas. A mediana das projeções indica **inflação** de 4,89% no fim deste ano; de 4% no fim do próximo; e de 3,84% no encerramento de 2028. Todas superam o centro da meta oficial (3%).

Além dos conflitos externos, também a condução das contas públicas tem contribuído, claramente, para a deterioração das expectativas. Não há sinais, no entanto, de um compromisso de austeridade na administração das finanças federais. O efeito inflacionário desses desajustes aparece nos preços cobrados na feira, nos mercados, nas lojas e nos serviços. A conta mais pesada vai para as famílias, principalmente para as menos abonadas.

A conta mais pesada vai para as famílias

Dólar cai a R\$ 4,91, menor nível em mais de 2 anos

PAULO RENATO NEPOMUCENO E ROBERTO MALFACINI JR. *economia@oglobo.com.br*

O dólar comercial caiu 1,12% ontem e fechou as negociações do dia cotado a R\$ 4,91, o menor patamar em relação ao real desde 26 janeiro de 2024. Com a queda de ontem, a moeda americana acumula queda de 10,5% frente à moeda brasileira este ano. Em 2026, o real é a divisa que mais se valorizou sobre o dólar dentre as 31 mais negociadas em todo o mundo.

A queda de ontem ocorreu na esteira da divulgação da ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). Na avaliação dos analistas, o colegiado adotou um tom mais hawkish (conservador), indicando que os juros podem ficar em níveis elevados mais tempo do que o previsto inicialmente por causa dos efeitos inflacionários da guerra no Oriente Médio (leia mais abaixo).

Mesmo com um ciclo de flexibilização iniciado em março, o atual patamar da taxa básica (Selic), em 14,5%, ainda é considerado bastante rentável e atraente para o capital estrangeiro investir no Brasil. Para efeito de comparação, a taxa de juros americana está entre 3,5% e 3,75%.

Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad, avalia que "o ambiente mais favorável a emergentes e o dólar global mais comportado contribuíram para a queda da divisa americana ontem, mesmo com o cenário geopolítico ainda incerto".

MENOR AVERSÃO A RISCO

Ontem, o dia no mercado internacional foi marcado por menor aversão a risco, já que o petróleo do tipo Brent, utilizado como referência de preços globalmente, caiu 4%, a US\$ 109,87 o barril. Na leitura de Filipe Sichel, economista-chefe da Porto Asset, além do ambiente de maior apetite ao risco global, o petróleo ainda acima de US\$ 100 continua contribuindo para a forte queda do dólar no Brasil, por causa do perfil exportador de petróleo do Brasil.

-À medida que o preço do petróleo sobe, isso melhora nossas condições de troca com o exterior, o que ajuda a apreciar o real. Ao mesmo tempo, a reprecificação da política monetária no Brasil mantém a moeda mais

atraente -diz Sichel.

Em linha com a redução do barril do petróleo, os juros futuros

caíram, A taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 recuou de 14,21% ao ano para 14,16%. Na de janeiro de 2029, a taxa cedeu de 13,85% para 13,79%.

Na Bolsa, o recuo nas taxas de juros futuros beneficiou as empresas de economia doméstica, como bancos e varejistas listadas no Ibovespa, que fechou em alta de 0,62%, aos 186.754 pontos. As ações preferenciais do Bradesco encerraram em alta de 1,46%, enquanto os papéis das Lojas Renner subiram 3,48%.

- Esse recuo da commodity ajuda a aliviar a **inflação** e melhora o sentimento dos investidores - afirma Nicolas Gass, estrategista e sócio da GT Capital. - Especialmente em meio às tensões no Estreito de Ormuz, que permanece fechado há cerca de dois meses e segue gerando incertezas relevantes.

A alta da Bolsa poderia ter sido maior, não fosse o recuo dos papéis da Petrobras, puxados pela queda da cotação do petróleo. As ações preferenciais da estatal fecharam em queda de 1,58%, negociadas a R\$ 48,56.

A ponta positiva do índice foi puxada pelos papéis preferenciais da Ambev, que encerraram o dia em valorização de 15,3%. Foi o maior avanço desde 1999, segundo a agência Bloomberg, impulsionado por resultados financeiros considerados positivos pelo mercado. A empresa divulgou lucro líquido de R\$ 3,8 bilhões no primeiro trimestre de 2026, montante 2,1% superior ao reportado no mesmo intervalo de 2025. Com a valorização expressiva de ontem, a gigante brasileira do setor de bebidas registrou um salto de valor de mercado de R\$ 35 bilhões, alcançando avaliação de R\$ 262,46 bilhões.

ALTAS EM NOVA YORK

Em Nova York, as Bolsas também fecharam em alta em meio a um ambiente de maior alívio global com a queda do petróleo. O Dow Jones subiu 0,73%, aos 49.298 pontos; o S P 500 avançou 0,81%, aos 7.259

pontos, e o Nasdaq ganhou 1,03%, aos 25.326 pontos.

-A ausência de uma nova escalada no conflito com o Irã tem sustentado o sentimento dos investidores - diz Brock Weimer, do UBS.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Copom cita incertezas, e ciclo de cortes de juros pode ser menor

BERNARDO LIMA E FABIO GRANER
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O Banco Central (BC) divulgou ontem a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) sinalizando que a taxa básica de juros tende a continuar caindo em ritmo lento, mas apontou a piora nas expectativas por causa dos efeitos negativos da guerra no Oriente Médio sobre os preços, o que pode levar o ciclo de baixa a ser mais curto do que o planejado. Em 29 de abril, o comitê reduziu a Selic de 14,75% para 14,50% ao ano. Na ata, o órgão destacou a necessidade de manter a cautela diante de um cenário de incerteza elevada e expectativas de **inflação** desancoradas.

"Desde a reunião anterior ficou evidente uma desancoragem adicional das expectativas de **inflação** para horizontes mais longos, em particular para o ano de 2028", detalha a ata.

PROJEÇÃO DE **INFLAÇÃO** SOBE

Para 2026, a estimativa oficial do BC para a **inflação** saltou de 3,9% para 4,6%, acima do teto da meta, de 4,5%. Para o fim de 2027, prazo com o qual o colegiado trabalha para alcançar a meta, a projeção subiu de 3,3% para 3,5% -ou seja, se distanciou mais do centro da meta de 3%.

"A principal conclusão obtida, e compartilhada por todos os membros do Comitê, foi a de que, em um ambiente de expectativas desancoradas, como é o caso do atual, exigese uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado", diz o documento.

Apesar dessas incertezas, o Copom avalia que os eventos recentes não impediriam que a autoridade monetária seguisse com o ciclo de cortes da Selic, devido ao cenário restritivo de juros imposto pela política monetária.

"O Comitê julgou apropriado dar sequência ao ciclo de calibração da política monetária, na medida em que o período prolongado de manutenção da taxa básica de juros em patamar contracionista propiciou evidências da transmissão da política monetária sobre a desaceleração da atividade econômica, criando condições para que ajustes no ritmo e extensão dessa

calibração, à luz de novas informações, sejam possíveis de forma a assegurar nível compatível com a convergência da **inflação** à meta", diz o texto.

O comitê, no entanto, não deu indicação de quais devem ser as próximas decisões sobre a taxa de juros. Segundo a autoridade monetária, isso será determinado depois. "Mantido o compromisso fundamental de garantia da convergência da **inflação** à meta dentro do horizonte relevante para a política monetária, o Comitê estabeleceu que a magnitude e a duração do ciclo de calibração serão determinadas ao longo do tempo, à medida que novas informações forem incorporadas às suas análises".

O economista-chefe da Suno Research, Gustavo Sung, avalia que as incertezas externas devem levar o BC a uma política monetária mais restritiva que o previsto antes da guerra.

- Diante dessa desancoragem adicional, o Banco Central terá menor espaço para o afrouxamento monetário pósconflito, e o ciclo de cortes de juros tende a ser menor do que o esperado antes do conflito. O mercado já fez esse movimento: a expectativa (para a Selic no fim de 2026), que girava em torno de 12% a 12,50%, hoje projeta cerca de 13%, que é também em nossa projeção. A gordura a ser gasta é relativamente menor.

Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, ressalta que "o Copom parece particularmente preocupado com os efeitos do atual choque do petróleo sobre as expectativas de **inflação** para 2028, e a ata mencionou esse ponto duas vezes":

- Em nossa avaliação, esse elemento pode dar origem a uma discussão sobre a extensão do horizonte de convergência. Consideramos que essa discussão seria legítima, dado a intensidade e a persistência do choque global de petróleo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Confiança do setor de comércio tem queda de 1 % em abril, indica CNC

Alessandra Saraiva Do Rio

O índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) caiu 1 % em abril ante março, para 105,6 pontos, informou a organização na terça-feira (5). Na comparação com abril de 2025, o indicador subiu 2,9%. Para a CNC, a queda reflete ambiente de maior cautela no varejo nacional. Isso porque os próximos meses contam com série de incertezas, lembrou a entidade, como quadro internacional turbulento com a guerra no Irã e eleições.

Nos três tópicos usados para cálculo do Icec, dois apresentaram recuo, em abril ante março: casos das quedas em expectativas (-23%) e intenções de investimento (-0,9%). Já condições atuais mostrou expansão (1,1 %), no mesmo período comparativo. Em relação a abril do ano passado, no entanto, os três tópicos tiveram alta, de 0,5%, de 2,4% e de 7,9%, respectivamente, em abril deste ano.

Segundo a CNC, o contexto macroeconômico ainda permite que um desempenho positivo do comércio. Ainda que a taxa básica de juros em patamar elevado implique condições de crédito mais restritivas, o consumo atual tem sustentação na renda real, pontuou a entidade. A combinação de desaceleração inflacionária e dinamismo do mercado de trabalho tem favorecido ganhos reais de salários e expansão da massa de rendimentos. Isso amplia capacidade de consumo das famílias, salientou a confederação. Nesse contexto, a melhora da renda corrente compensa o encarecimento do crédito, sustentando ao menos no curto prazo a demanda e a percepção atual dos empresários do comércio, concluiu a organização.

O mesmo tom favorável não foi registrado nas respostas relacionadas ao futuro. Para a CNC, ocorreu, "deterioração das expectativas" para os próximos meses.

O otimismo do empresariado, com o futuro, foi impactado por fatores geopolíticos e domésticos, diz a CNC. As tensões entre Estados Unidos e Irã elevaram preço internacional do petróleo e trouxeram pressão de preço nos combustíveis, causando incerteza sobre custo de produção, **inflação** e política monetária.

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José

Roberto Tadros, lembrou a capacidade de adaptação do empresariado brasileiro, frente as dificuldades. "O comércio brasileiro tem demonstrado uma resiliência notável, sustentada pela força do mercado de trabalho e pela recuperação da renda real", recordou Tadros. "Contudo, o momento exige cautela e serenidade", admitiu. "O aumento da incerteza externa e as pressões inflacionárias globais demandam um ambiente interno de previsibilidade e estabilidade", concluiu ele.

Catarina Carneiro, economista da confederação, destacou o contexto de ano eleitoral, como é o ano de 2026. Isso contribui para postura mais defensiva dos tomadores de decisão. "Decisões que envolvem custos rígidos, como a ampliação do quadro de pessoal, tendem a ser postergadas em momentos de incerteza", recordou ela.

A CNC informou ainda que, apesar do cenário, de menor confiança do varejo, não houve desajuste nos estoques, que seguem, em sua maioria, alinhados ao ritmo das vendas. De acordo com a confederação, em abril na ótica do Icec, 58,2% dos empresários avaliaram nível de estoques como adequado à demanda.

Liderada por famílias de menor renda, intenção de consumo sobe pelo 6 a mês

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) subiu 13% em abril ante março, para 104,5 pontos, o sexto aumento consecutivo, segundo a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na comparação com abril de 2025, a alta foi de 3,1%.

A nova alta foi impulsionada pela melhora na avaliação de momento para aquisição de bens duráveis, como geladeira e fogão, mesmo em ambiente de crédito mais restritivo, com juros mais elevados, destacou a entidade.

Todos os sete tópicos usados para cálculo do ICF apresentaram expansão em abril ante março: emprego atual (0,8%), renda atual (1,3%), nível de consumo atual (0,3%), perspectiva de consumo (0,8%), acesso ao crédito (13%), momento para duráveis (2,5%), e perspectiva profissional (2%).

Já na comparação com abril do ano passado, no entanto, cinco tópicos apresentaram expansão, em abril desse ano: consumo atual (3,2%), acesso ao crédito (9,4%), momento para duráveis (18,8%); renda atual (1,8%), e perspectiva de consumo (3%). Em contrapartida, foram observados

recuos, em emprego atual (-0,3%) perspectiva profissional (-5,4%).

Ao explicar influência de maior interesse em compra por itens duráveis, os técnicos da CNC, na pesquisa, detalham que o desempenho ocorreu em contexto de menor pressão inflacionária sobre esse tipo de bem, o que tornou mais atrativa a intenção de consumo, desse tipo de item.

Outro aspecto que favoreceu itens duráveis mais baratos foi o câmbio, acrescentou também a CNC. Com a valorização do real frente ao dólar, produtos duráveis importados, influenciado pela cotação da moeda americana, se tornam menos caros.

A CNC informou ainda que o maior ímpeto de consumo em abril ocorreu tanto nas famílias de maior renda quanto nas de menor poder aquisitivo. Nos consumidores com até dez salários mínimos de renda mensal média, o ICF cresceu 3,7% e, nos com renda mensal média acima de dez salários mínimos a alta foi de 1,3%.

Um aspecto que pode ter contribuído para maior ímpeto de consumo entre famílias de menor renda é a trajetória da **inflação**, nessa faixa de renda, disse Catarina Carneiro, economista da CNC.

"O INPC, que mede o consumo de [famílias com renda] de até cinco salários mínimos acumulou alta de 3,77% em 12 meses até março, ficando abaixo do IPCA geral para os outros públicos [de 4,14%]."

Além disso, a confederação detalhou ainda que o tópico "momento para compra de duráveis" mostrou resultado mais favorável na faixa de renda de menor poder aquisitivo. Entre as famílias de renda de até dez salários mínimos, esse tópico subiu 2,5% ante março com avanço de 21,5% ante abril do ano passado. Nas com renda superior a dez salários mínimos, houve altas menos intensas, de 2,1 % ante março, e de 10,4% ante abril de 2025.

"Para que esse otimismo seja duradouro, é necessário mantermos o compromisso com o equilíbrio fiscal e a segurança jurídica, permitindo uma flexibilização do crédito que impulse o setor terciário", acrescentou o presidente do sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros. "Esperamos que o "Desenrola" seja a primeira das medidas por parte dos agentes públicos para devolver poder de compra ao consumidor brasileiro", completou. (AS)